

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	103
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	104
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	183.498.962
Preferenciais	56.877
Total	183.555.839
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	3.922.292	3.856.521
1.01	Ativo Circulante	763.436	700.847
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.648	109
1.01.02	Aplicações Financeiras	256.390	218.132
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	256.390	218.132
1.01.03	Contas a Receber	350.648	338.140
1.01.03.01	Clientes	350.648	338.140
1.01.04	Estoques	21.487	19.302
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.996	16.439
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.000	30
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	108.267	108.695
1.01.08.03	Outros	108.267	108.695
1.01.08.03.01	Adiantamentos a empregados	2.996	3.035
1.01.08.03.02	Depósitos Vinculados	105.271	105.660
1.02	Ativo Não Circulante	3.158.856	3.155.674
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	233.139	248.374
1.02.01.04	Contas a Receber	4.146	4.537
1.02.01.04.02	Clientes	4.146	4.537
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	228.993	243.837
1.02.01.10.04	Projeto KFW - recursos aplicados	53.983	53.911
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	6.936	6.906
1.02.01.10.06	Depósitos para reinvestimento	5.529	2.966
1.02.01.10.07	Depósitos vinculados a garantias	20.206	20.248
1.02.01.10.08	Ativos financeiros - Contratos de Concessão	74.458	72.055
1.02.01.10.09	Tributos a recuperar	65.871	87.500
1.02.01.10.10	Outros Ativos	260	251
1.02.01.10.11	Despesas antecipadas	1.750	0
1.02.02	Investimentos	658	658
1.02.02.01	Participações Societárias	658	658
1.02.03	Imobilizado	56.115	58.418
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	56.115	58.418
1.02.04	Intangível	2.868.944	2.848.224
1.02.04.01	Intangíveis	2.868.944	2.848.224
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.588.348	2.584.768
1.02.04.01.03	Direito de uso	10.196	10.299
1.02.04.01.04	Softwares	5.375	5.407
1.02.04.01.05	Ativo de contrato	265.025	247.750

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	3.922.292	3.856.521
2.01	Passivo Circulante	525.345	529.862
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.400	42.213
2.01.02	Fornecedores	153.869	144.133
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.247	43.572
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.247	43.572
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.541	14.643
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	26.706	28.929
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	76.095	75.581
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	60.691	56.247
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	15.404	19.334
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	15.404	19.334
2.01.05	Outras Obrigações	214.949	205.575
2.01.05.02	Outros	214.949	205.575
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.133	23.133
2.01.05.02.04	Outras obrigações	3.148	3.138
2.01.05.02.05	Acordos judiciais a pagar	0	3.858
2.01.05.02.06	Obrigações com Tarifa de Contingência	188.668	175.446
2.01.06	Provisões	17.785	18.788
2.01.06.02	Outras Provisões	17.785	18.788
2.01.06.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	17.785	18.788
2.02	Passivo Não Circulante	858.400	815.832
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	391.938	366.555
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	389.002	363.914
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	2.936	2.641
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil	2.936	2.641
2.02.02	Outras Obrigações	69.731	71.629
2.02.02.02	Outros	69.731	71.629
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	15.011	16.805
2.02.02.02.05	Projeto KFW II - recursos recebidos	51.231	51.231
2.02.02.02.06	Garantias contratuais de fornecedores	3.489	3.593
2.02.03	Tributos Diferidos	120.485	107.106
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.485	107.106
2.02.04	Provisões	276.246	270.542
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.483	60.556
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	65.483	60.556
2.02.04.02	Outras Provisões	210.763	209.986
2.02.04.02.04	Incentivo a aposentadoria - PRSP	42.794	45.212
2.02.04.02.05	Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	167.969	164.774
2.03	Patrimônio Líquido	2.538.547	2.510.827
2.03.01	Capital Social Realizado	1.943.607	1.943.607
2.03.01.01	Capital Social	1.943.607	1.943.607
2.03.04	Reservas de Lucros	249.363	215.152
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	429.649	436.140
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-84.072	-84.072

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	414.217	377.431
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-221.268	-201.791
3.03	Resultado Bruto	192.949	175.640
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-125.172	-116.133
3.04.01	Despesas com Vendas	-37.841	-38.350
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.313	-74.604
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-83.313	-74.604
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-4.018	-3.179
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	67.777	59.507
3.06	Resultado Financeiro	-20.603	-63.136
3.06.01	Receitas Financeiras	9.528	7.006
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.131	-70.142
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.174	-3.629
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.454	11.154
3.08.01	Corrente	-6.075	-23.371
3.08.02	Diferido	-13.379	34.525
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.720	7.525
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.720	7.525
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,151	0,0404
3.99.01.02	PN	0,1661	0,0444

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	27.720	7.525
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.720	7.525

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	109.384	62.768
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	157.790	97.704
6.01.01.01	Lucro antes do IRPJ e CSLL	47.174	-3.629
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	40.198	34.947
6.01.01.03	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	8.088	8.270
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.829	16.444
6.01.01.05	Provisão para contingências	2.377	9.298
6.01.01.06	Atualização monetária de depósitos judiciais e REFIS	-7.883	-31
6.01.01.07	Provisão para incentivo a aposentadoria - PRSP	-475	-4.494
6.01.01.08	Ajuste de valor presente - PRSP	6	1.037
6.01.01.10	Juros e variações monetárias e cambial	32.935	67.639
6.01.01.11	Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	-1.425	-1.834
6.01.01.13	Atualização da provisão incentivo a aposentadoria - PRSP	1.653	2.106
6.01.01.14	Rendimento aplicações financeiras	-1.186	-1.770
6.01.01.15	Provisão atuarial - benefício definido plano de saúde	3.195	4.246
6.01.01.16	Tributos diferidos	13.379	-34.525
6.01.01.17	Provisão de parcelamentos tributários	7.925	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.008	-8.097
6.01.02.02	Depósitos vinculados	625	-14.339
6.01.02.03	Contas a receber	-23.946	-12.382
6.01.02.04	Estoques	-2.185	48
6.01.02.05	Tributos a recuperar	16.072	2.507
6.01.02.06	Tributos a recolher	-4.096	-3.277
6.01.02.08	Depósitos para reinvestimentos	-2.538	791
6.01.02.10	Outros ativos	-2.561	323
6.01.02.11	Fornecedores	9.736	-4.455
6.01.02.12	Incentivo a aposentadoria - PRSP	-4.605	-8.891
6.01.02.13	Provisão para contingências	-68	0
6.01.02.14	Projetos Alvorada e KFW II	-72	-42
6.01.02.15	Acordos judiciais a pagar	-3.858	-4.564
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	-22.981	40.871
6.01.02.17	Outros passivos	-8.753	-5.881
6.01.02.19	Obrigações com Tarifa de Contingência	13.222	1.194
6.01.03	Outros	-12.398	-26.839
6.01.03.01	Juros pagos	-3.823	-3.761
6.01.03.02	IRPJ e CSLL pagos	-8.575	-23.078
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-102.793	-68.568
6.02.01	Aquisição de imobilizado/ativo de contrato e intangível	-65.380	-41.241
6.02.02	Aplicações financeiras	-37.413	-27.327
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.052	7.238
6.03.01	Amortização de empréstimos	-6.956	-10.232
6.03.02	Ingressos de empréstimos	9.840	17.470
6.03.06	Amortização de obrigações por arrendamento	-5.936	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.539	1.438
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	109	594

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.648	2.032

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.943.607	0	215.152	0	352.068	2.510.827
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.943.607	0	215.152	0	352.068	2.510.827
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.211	-6.491	27.720
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.720	0	27.720
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	6.491	-6.491	0
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	6.491	-6.491	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	34.211	-34.211	0	0
5.06.04	Transferência para Reserva de Retenção de Lucros	0	0	34.211	-34.211	0	0
5.07	Saldos Finais	1.943.607	0	249.363	0	345.577	2.538.547

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.977.904	0	88.201	0	345.801	2.411.906
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.977.904	0	88.201	0	345.801	2.411.906
5.04	Transações de Capital com os Sócios	435	0	-435	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	435	0	-435	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.312	-6.787	7.525
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.525	0	7.525
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	6.787	-6.787	0
5.05.02.06	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	6.787	-6.787	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.312	-14.312	0	0
5.06.04	Transferência para reserva de retenção de lucros	0	0	14.312	-14.312	0	0
5.07	Saldos Finais	1.978.339	0	102.078	0	339.014	2.419.431

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

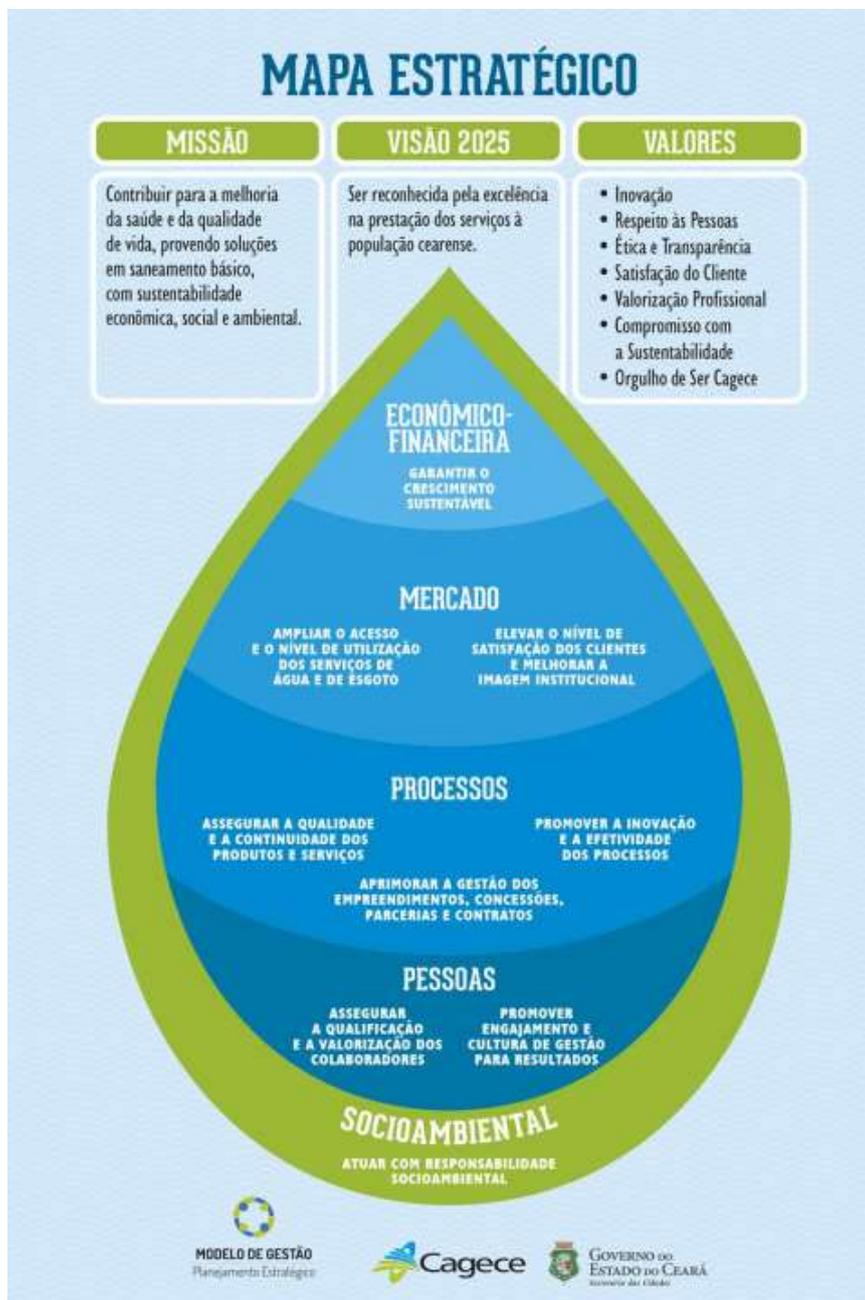
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	445.994	399.144
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	427.791	391.619
7.01.02	Outras Receitas	232	290
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	27.232	21.462
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.261	-14.227
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-213.961	-189.430
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-186.909	-167.968
7.02.04	Outros	-27.052	-21.462
7.02.04.01	Custos de construção	-27.052	-21.462
7.03	Valor Adicionado Bruto	232.033	209.714
7.04	Retenções	-38.797	-33.601
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.797	-33.601
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	193.236	176.113
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.926	7.408
7.06.02	Receitas Financeiras	9.926	7.408
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	203.162	183.521
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	203.162	183.521
7.08.01	Pessoal	67.432	65.235
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.783	47.622
7.08.01.02	Benefícios	17.897	17.753
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.002	3.043
7.08.01.04	Outros	-250	-3.183
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	70.538	33.411
7.08.02.01	Federais	64.581	27.663
7.08.02.02	Estaduais	4.933	4.747
7.08.02.03	Municipais	1.024	1.001
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.372	69.780
7.08.03.01	Juros	6.295	7.198
7.08.03.02	Aluguéis	241	-361
7.08.03.03	Outras	23.836	62.943
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.720	7.525
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.720	7.525
7.08.05	Outros	7.100	7.570
7.08.05.01	Agentes Reguladores	3.821	4.294
7.08.05.02	Taxa de concessão da Prefeitura de Fortaleza	3.279	3.276

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

ACUMULADO JANEIRO A MARÇO DE 2021

Comentário do Desempenho



APRESENTAÇÃO

Elaborado com base nos dados do SEI – Sistema Empresarial de Informações, validados pelas áreas especialistas. O relatório refere-se à análise da evolução dos grupos de contas: Receita Operacional Líquida, DEX (Despesa de Exploração) e subcontas. A análise é feita comparando-se o período acumulado do ano referência com o período acumulado do ano anterior, verificando e informando as causas das variações desses grupos de contas/subcontas.

Comentário do Desempenho

3 Comentário de Desempenho



A Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, apresenta os seus resultados de janeiro a março de 2021. As informações a seguir, exceto quando indicada em contrário, são apresentadas em Reais mil. As comparações estão relacionadas ao mesmo período de 2020.

1. DADOS OPERACIONAIS

DADOS OPERACIONAIS

ÁGUA	1T2021	1T2020	VARIAÇÃO	%
Localidades abastecidas (ud)	337	336	1	0,30%
População coberta (hab)	5.552.351	5.468.287	84.064	1,54%
Economias ativas totais (ud)	1.911.474	1.896.639	14.835	0,78%
Ligações ativas totais (ud)	1.685.099	1.666.471	18.628	1,12%
Volume faturado (m3)	68.616.280	67.240.458	1.375.822	2,05%
Extensão de rede (m)	15.370.676	15.045.024	325.652	2,16%
ESGOTO	1T2021	1T2020	VARIAÇÃO	%
Localidades atendidas (ud)	91	89	2	2,25%
População coberta (hab)	2.633.164	2.472.218	160.946	6,51%
Economias ativas totais (ud)	844.584	827.224	17.360	2,10%
Ligações ativas totais (ud)	654.103	638.041	16.062	2,52%
Volume faturado (m3)	25.923.636	25.337.159	586.477	2,31%
Extensão de rede (m)	5.039.559	4.904.414	135.145	2,76%

2. DADOS ECONOMICOS-FINANCEIROS

DADOS ECONÔMICOS - FINANCEIROS (R\$)	1T2021	1T2020	Varição	%
Receita operacional líquida	386.985	355.969	31.016	8,71%
DEX	(253.604)	(232.546)	(21.058)	9,06%
PECLD	(9.261)	(14.227)	4.966	-34,90%
Outras receitas operacionais	234	284	(50)	-17,68%
Outras despesas operacionais	(4.260)	(3.568)	(693)	19,41%
Despesas fiscais e tributárias	(13.701)	(12.807)	(894)	6,98%
EBITDA	106.393	93.105	13.288	14,27%
Receitas de construção	27.232	21.462	5.771	26,89%
Custos de construção	(27.232)	(21.462)	(5.771)	26,89%
Depreciação e amortização	(38.616)	(33.601)	(5.014)	14,92%
Resultado financeiro	(20.603)	(63.132)	42.529	-67,36%
(-) Provisão de IRPJ e CSLL	(19.454)	11.154	(30.608)	-274,42%
RESULTADO DO PERÍODO	27.720	7.526	20.193	268,32%
MARGEM EBITDA (%)	27,49%	26,16%	1,34%	5,11%

3. RECEITAS

A Receita Operacional Líquida de água e esgoto de janeiro até março de 2021 totalizou o valor de R\$ 386.985, ficando acima do mesmo período de 2020 em R\$ 31.016 (8,71%). Segue quadro comparativo:

Comentário do Desempenho

4 Comentário de Desempenho



Receita Operacional Líquida				
	1T2021	1T2020	Variação	%
Água	299.525	280.683	18.842	6,71%
Esgoto	123.512	116.587	6.925	5,94%
Receitas a Faturar Água	3.010	(4.531)	7.542	-166,43%
Receitas a Faturar Esgoto	1.744	(1.119)	2.863	-255,90%
Deduções	(40.807)	(35.650)	(5.156)	14,46%
	386.985	355.969	31.016	8,71%

Os principais fatores que justificam esse aumento são:

1. A partir do dia 29 de janeiro de 2021, a Companhia passou a aplicar de forma linear a todas as categorias de consumo, a tarifa média de 12,25%. Essa mudança ocorreu após revisão extraordinária realizada conforme Resolução Cagece 045/20, de 30 de dezembro de 2020. O valor médio do reajuste tarifário leva em consideração o aumento nos custos, a necessidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, a operação dos sistemas, bem como a manutenção e a expansão e melhoria dos serviços prestados à população.

A autorização para aplicar a revisão foi concedida pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), conforme resolução 228 de 30 de dezembro de 2020.

2. Incremento de ligações ativas de água e de esgoto.

A variação da receita também tem impacto do incremento do volume faturado de água de 2,04% e de 2,31% no volume faturado de esgoto; bem como do incremento de 18.628 ligações ativas de água, que representa um acréscimo de 1,12% e 16.062 ligações de esgoto, que representa acréscimo de 2,52%

3.1 Volume Faturado

De janeiro a março de 2021, o volume faturado de água tratada foi de 68,6 milhões de m³, contra 67,2 milhões de m³ no mesmo período de 2020, representando um aumento de 2,04% conforme demonstrado a seguir:

Comentário do Desempenho

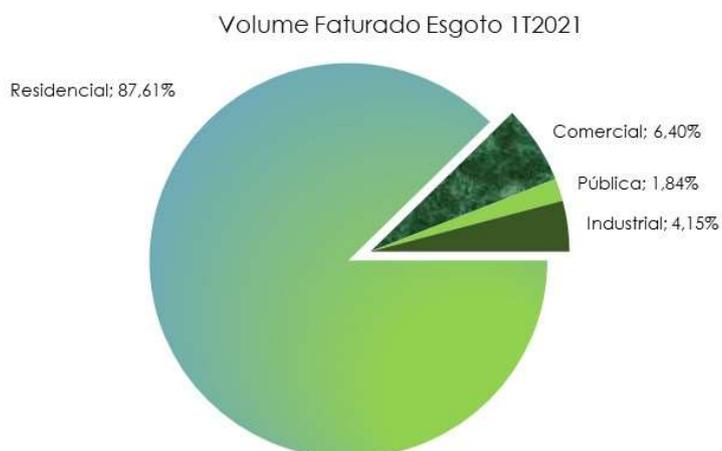
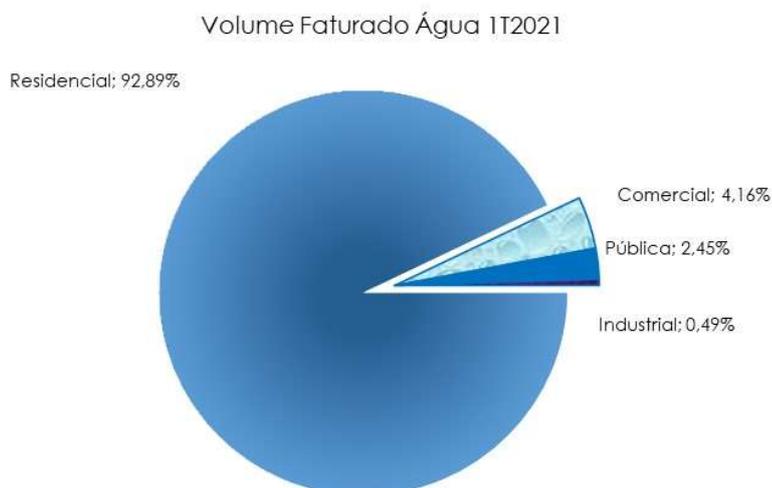
5 Comentário de Desempenho



Volume Faturado (milhões de m ³) / 1000				
	1TR2021	1TR2020	Variação	%
Água	68.616	67.240	1.376	2,05%
Esgoto	25.924	25.337	586	2,31%
	94.540	92.578	1.962	2,12%

Obs.: no 1TR2021 estão inseridos valores referentes ao volume de isenção aplicáveis a categoria "comercial" sendo 2.547 (em 1.000 m³) para água e 1.075(em 1.000 m³) para esgoto.

Segue um comparativo dos volumes faturados de água e esgoto, por categoria de clientes:



Comentário do Desempenho

6 Comentário de Desempenho



4. DEX

Abrange os custos de operação e manutenção, despesas comerciais e despesas administrativas. Composição: Pessoal, Insumos (Energia, Água Bruta e Material de Tratamento), Materiais, Manutenção, Serviços, Transporte, Concessões, Contingências e Gerais.

DEX				
	1T2021	1T2020	Variação	%
Serviços Prestados por Terceiros	58.641	52.130	6.511	12,5%
Contig/Condenação Judicial	8.906	9.752	(846)	-8,7%
Energia Elétrica	27.945	29.800	(1.855)	-6,2%
Água Bruta	17.994	16.215	1.780	11,0%
Serviço e Material de Tratamento	11.571	12.930	(1.360)	-10,5%
Manutenção	13.315	10.437	2.878	27,6%
Transporte	4.252	2.312	1.940	83,9%
Concessões	3.279	3.276	3	0,1%
Gerais	1.477	1.386	92	6,6%
Materiais Diversos	6.558	5.839	719	12,3%
Serviço	32.234	23.234	8.999	38,7%
Pessoal	67.432	65.234	2.198	3,4%
	253.604	232.546	21.058	9,06%

DEX/M3FATURADO = R\$ 2,68

Este indicador é apurado pela relação entre DEX e volume faturado de água e esgoto e serve como análise para otimizar a estrutura de custos e despesas da Companhia. Trata-se de um indicador decrescente, ou seja, quanto menor for o resultado no período analisado, melhor será o desempenho para a otimização dos custos e despesas da Companhia. Segue comparativo desse indicador, considerando de janeiro a março de 2021 e 2020:

DEX/VOLUME FATURADO				
	1TR2021	1TR2020	Variação	%
DEX	253.604	232.546	21.058	9,06%
Volume faturado	94.540	92.578	1.962	2,12%
	2,68	2,51	0,17	6,79%

- Os grupos que tiveram redução foram: Gastos com energia elétrica e, contingências/condenações judiciais.
- Os grupos que tiveram variações para maior no período foram: Serviços prestados por terceiros, gastos com aquisição de água bruta, serviços e material de tratamento, manutenções, transportes, concessões, gerais, materiais diversos, serviços e gastos com pessoal.

Comentário do Desempenho

7 Comentário de Desempenho



4.1 Insumos/DEX

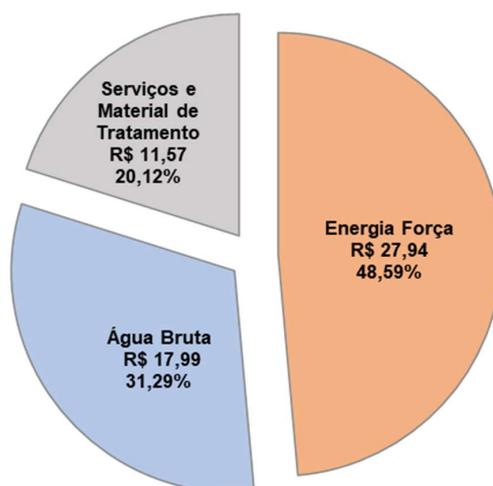
INSUMOS X DEX (%)

De janeiro a março de 2021 as despesas com insumos totalizaram R\$ 57,51 milhões que corresponde a 22,68% da DEX total. Quando comparado ao mesmo período de 2020, os gastos com insumos reduziram 2,44%. Segue comparativo:

DEX/Insumos				
	1T2021	1T2020	Variação	%
Insumos	57.509	58.945	(1.435)	-2,44%
DEX	253.604	232.546	21.058	9,06%
INSUMOS/DEX (%)	22,68%	25,35%	(0,03)	-10,54%

A composição dos **insumos** se dá pela **energia força** (energia consumida na produção e manutenção dos sistemas água), **água bruta**, **material de tratamento de água e esgoto** e **serviços de tratamento de água**. A composição dos insumos de janeiro a março de 2021 está abaixo apresentada:

Insumos Água e Esgoto - 1T2021 (R\$ milhões)



Comentário do Desempenho

8

Comentário de Desempenho



1. A redução nos gastos com energia elétrica deve-se principalmente a entrada das ETAs Gavião e Oeste no Mercado Livre de Energia;
2. A elevação no consumo de água bruta pode ser justificada pelo incremento do volume faturado de água bem como pelo incremento aumento no número de ligações ativas de água;
3. No que se refere a serviços e material de tratamento, a redução ocorreu, pois, a partir de outubro de 2020 alguns desses serviços passaram a ser pagos com recursos da Tarifa de Contingência.

4.2 Variações para Maior

- **Serviços Prestados por Terceiros (2021: R\$ 58,7 milhões; 2020: R\$ 52,2 milhões):** São gastos com a contratação de mão de obra terceirizada no desenvolvimento da atividade administrativa. O acréscimo de 12,4% no grupo de Serviço Prestado por Terceiros, no 1º trimestre de 2021 em relação ao 1º trimestre de 2020 deve-se principalmente ao reajuste das convenções coletivas e ao incremento de colaboradores terceirizados.
- **Manutenção (2021: R\$ 16 milhões; 2020: R\$ 13,9 milhões):** São gastos com serviços de manutenção para a operação dos sistemas de abastecimentos de água e esgotamento sanitário. A elevação ocorreu, pois, no 1T20 alguns contratos para estes serviços estavam sem saldo e só tiveram a sua prorrogação iniciada na metade de março de 2020, fazendo com que os gastos do 1T20 ficassem abaixo do esperado.
- **Transportes (2021: R\$ 4,7 milhões; 2020: R\$ 3 milhões):** utilizados para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e no desenvolvimento da atividade administrativa (Ex: locação de veículos, combustíveis e reposição de peças). O aumento deve-se, principalmente ao aumento dos gastos com serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos próprios da Companhia, bem como do reajuste de contratos de veículos locados.
- **Serviços (2021: 35,2 milhões; 2020: 27,3 milhões):** São gastos com a contratação de serviço diversos, tais como serviço especializado para desenvolvimento de consultoria técnica, serviços de atendimento ao cliente, serviços de leitura e entrega de contas, dentre outros. As principais variações estão demonstradas a seguir:

Comentário do Desempenho

9

Comentário de Desempenho



- i. **Serviços Técnicos Profissionais:** São gastos com a contratação de serviço especializado para desenvolvimento de consultoria técnica para a Companhia. Apresentou um acréscimo ocasionado principalmente por serviços jurídicos de verificação dos montantes pagos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a tarifa de contingência. O contrato junto a assessoria jurídica prevê valores a serem pagos em função do tributo efetivamente recuperado. Esse contrato contribuiu com uma elevação de R\$ 1,5 milhão nessas despesas.
- ii. **Serviços de Atendimento ao Cliente:** São gastos com a central de atendimento ao cliente. A elevação de R\$ 1,4 milhão dos valores deve-se as medidas restritivas tomadas pela Companhia, para conter o fluxo de clientes no interior da loja, o que resultou em um crescente número de ligações para a Central de Atendimento, superando as quantidades previstas contratualmente. Adicionalmente, essa central também absorveu serviços que antes eram exclusivos do atendimento presencial.
- iii. **Serviços de Religações e Cortes de Ligações:** A ampliação dos serviços de corte e religação impactou em R\$ 1,3 milhão pela necessidade da regularização do quadro de adimplência, impactado pela paralisação dos mencionados serviços de corte e religação de abril a setembro de 2020, devido ao decreto estadual para medidas de combate a pandemia, além do reajuste do contrato com a empresa terceirizada responsável pelos referidos serviços.
- iv. **Serviços de Leitura e Entrega de Contas:** O acréscimo nos serviços de leitura e entrega de contas foi no montante total de R\$ 1,2 milhão, justificado pelo reajuste do contrato anterior e por uma mudança ocorrida em novembro de 2020, onde passou a ser utilizada com mais frequência a medição e entrega simultânea das faturas, com preços reajustados em relação ao contrato anterior.
- v. **Serviços de Vigilância do Sistema:** O aumento nos gastos com serviços de vigilância dos sistemas de água e esgoto foi no montante de R\$ 1,2 milhão e ocorreu devido ao reajuste do contrato existente ocorrido em 2021 e uma nova contratação.

Comentário do Desempenho

10

Comentário de Desempenho



- **Pessoal (2021: R\$ 67,4 milhões; 2020: R\$ 65,2 milhões):** são gastos com os colaboradores próprios da Companhia, incluindo remuneração, encargos, benefícios e planos de aposentadoria. O acréscimo no grupo deve-se a: i) reajuste salarial ocorrido no mês de dezembro de 2020; ii) o PRSP em 2020 sofreu uma redução dos devido à inflação abaixo da projetada a época, havendo uma reversão de despesas, que quando comparado a 2021 foi inferior; e iii) reajuste do Plano de saúde em janeiro de 2021 no percentual de 6,84%, ficando que a diferença de abril a dezembro de 2020 para ser cobrada em 12 parcelas durante o ano de 2021.

4.3 Variações para Menor

- **Contingências (2021: R\$ 8,9 milhões; 2020: 9,8 milhões):** São gastos referentes a causas em provisionadas como probabilidade de perda provável para a Companhia ou com decisões desfavoráveis para a Companhia. A redução ocorreu, pois, um processo cível de aproximadamente R\$ 2 milhões havia sido provisionado em janeiro de 2020 e foi baixado em dezembro do mesmo ano, ao passo que um processo tributário em março de 2020 sofreu uma revisão, onde suas despesas foram reduzidas, fato que não se repetiu no primeiro tri de 2021, ocasionando uma elevação dos processos tributários de 0,9 milhões.

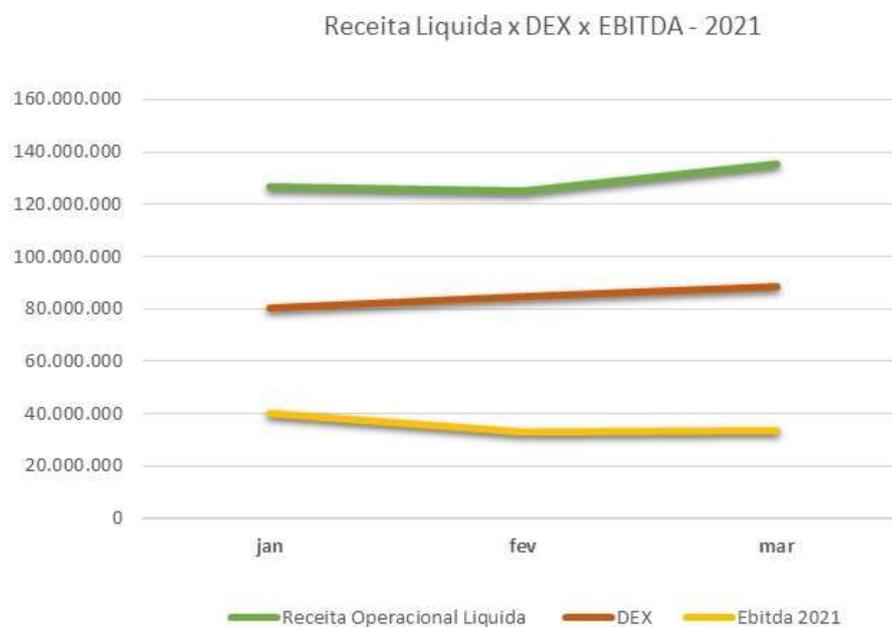
Comentário do Desempenho

11 Comentário de Desempenho



5. EBITDA

É o lucro apurado antes da contabilização de juros, impostos, depreciações e amortizações. O EBITDA no período de janeiro a março de 2021, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R\$ 106,4 milhões um aumento de R\$ 13,3 milhões em relação ao mesmo período de 2020.



6. INDICADOR MARGEM EBITDA

Representa a geração de riqueza da Companhia com suas atividades operacionais em relação à receita líquida. A gestão e o controle do indicador Margem EBITDA tem como objetivo aumentar as receitas e garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, sendo resultado da divisão entre o EBITDA e a Receita Operacional Líquida. Este indicador é crescente, ou seja, quanto maior for o resultado apurado pelo indicador, melhor será o aumento das receitas e a garantia do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Comentário do Desempenho



Indicador Margem Ebitda R\$				
	1T2021	1T2020	Varição	%
(+) Receita Operacional Líquida	386.985	355.969	31.016	8,71%
(-) DEX	(253.604)	(232.546)	(21.058)	9,06%
(-) PECLD	(9.261)	(14.227)	4.966	-34,90%
(+) Outras Receitas Operacionais	234	284	(50)	-17,68%
(-) Outras Despesas Operacionais	(4.260)	(3.568)	(693)	19,41%
(+) Despesas Fiscais e Tributárias	(13.701)	(12.807)	(894)	6,98%
(=) Ebitda	106.393	93.105	13.288	14,27%
	27,49%	26,16%	1,34%	5,11%

Apesar da receita operacional líquida ter crescido 8,71%, ao passo que as despesas da operação (DEX) cresceram 9,06%, a margem EBITDA teve um aumento de 5,11%, passando de 26,16% em 2020 para 27,49% em 2021. Essa elevação deve-se principalmente à redução de 34,9% da PECLD, por causa da recuperação das contas a receber dos inadimplentes em 2020 que havia aumentado devido os decretos de combate a COVID-19, bem como pelo impacto do estorno dos valores provisionados relativos a dívidas de estabelecimentos comerciais de alimentação fora do lar, do período de março de 2020 a fevereiro de 2021, que foram perdoadas, conforme Decreto estadual 17.408/2021, sendo essa outra medida para reduzir os impactos da Pandemia do Covid-19.

DFR – Diretoria Financeira e de Relações com Investidores

GCONT – Gerência Contábil

GCONT CTB - Coordenadoria de Análise e Controles Contábeis

(85) 3101.1755

Comentário do Desempenho

13 Comentário de Desempenho



GLOSSÁRIO

Localidades Abastecidas: Número de localidades urbanas abastecidas com água pela Companhia.

População Urbana Total: População calculada com base no cadastro de imóvel da Companhia e a Taxa de Ocupação do IBGE.

População Urbana Abastecida Reais (hab): Quantitativo calculado através do número de Economias Residenciais Reais x Taxa de Ocupação do IBGE.

População Urbana Abastecida Ativas (hab): Quantitativo calculado através do número de Economias Residenciais Ativas x Taxa de Ocupação do IBGE.

Economias Reais: Somatório dos imóveis, ou subdivisão de um imóvel com abastecimento de água, com ocupação independente, dotado de no mínimo um ponto de água, perfeitamente identificável como uma unidade autônoma, para efeito de faturamento

Economias Ativas Totais: Somatório dos imóveis, ou subdivisão de um imóvel com abastecimento de água em operação, com ocupação independente, dotado de no mínimo um ponto de água, perfeitamente identificável como uma unidade autônoma, para efeito de faturamento.

Ligações Potenciais: Somatório de imóveis não conectados ao sistema da CAGECE e situados em logradouro desprovido de rede de distribuição de água

Ligações Factíveis: Somatório de imóveis não conectados ao sistema da CAGECE e situados em logradouro provido de rede de distribuição de água.

Ligações Reais: Somatório de todas as ligações, ativas e inativas, que se encontram conectadas à rede de distribuição.

Ligações Ativas Totais: Somatório das ligações que se encontram conectadas à rede de distribuição e estão sendo faturadas.

Ligações Ativas Medidas: Somatório das ligações que se encontram conectadas à rede de distribuição, estão sendo faturadas e são providas de hidrômetro

Macromedidores Instalados: Número de aparelhos instalados para medição de vazão de unidades operacionais do sistema de abastecimento de água.

Hidrômetros Instalados: Número de aparelhos instalados, para medição de consumo em ramais prediais

Hidrômetros Funcionando: Número de aparelhos instalados em funcionamento, para medição de consumo em ramais prediais

Volume Produzido: Volume total de água mensal que passa pelo processo de tratamento. Deve ser expresso em metro cúbico (m³).

Comentário do Desempenho



Volume Distribuído: Volume medido de água tratada mensal, colocado à disposição do sistema de distribuição. Deve ser expresso em metro cúbico (m³).

Volume Faturado: Quantidade de água (medida e/ou estimada), faturada no mês, relativa às economias residenciais, comerciais, industriais e públicas.

Volume Medido: Quantidade de água medida faturada no mês.

Volume Consumido: Quantidade de água medida efetivamente consumida no mês.

Extensão de Rede: Informa à extensão total da rede de distribuição atual. Deve ser expressa em metro linear (m).

Índice de Cobertura: Sinaliza o percentual de universalização do sistema de esgotamento sanitário no Estado do Ceará.

Índice de Atendimento – Ativas: Sinaliza o percentual da população dos municípios atendidos pela Cagece que está efetivamente ligado à rede.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia” ou “CAGECE”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

Em 31 de março de 2021, a Companhia atuava em 152 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Atualmente, a Companhia está atuando no município de Cariús com contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário vencido e em processo de renovação, bem como o distrito de Taparuaba no município de Sobral também se encontra com o contrato vencido e atualmente ocorre o processo de devolução dos serviços ao município.

Em julho de 2020 foi sancionando o novo Marco Legal do Saneamento Básico, por meio da edição da Lei Federal nº 14.026/2020. As modificações introduzidas na legislação que regula o setor visam aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, com a meta de alcançar a universalização dos serviços até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto.

A Agência Nacional de Águas (ANA) será a responsável por editar normas de referência para a prestação de saneamento básico, as agências reguladoras terão adesão voluntária.

De acordo com o novo marco legal, o princípio fundamental para a estruturação dos serviços públicos de saneamento básico é sua prestação regionalizada, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade econômico-financeira desses serviços, impondo-a como uma das condições de acesso a recursos federais.

Considerando que a Lei trás vários desafios ao setor, a Companhia adotou medidas de adaptação, com a identificação dos seus impactos na regulação e na prestação dos serviços, o levantamento do grau de adequação à nova legislação e a identificação das ações necessárias para ajustamento regulatório e dos contratos da Companhia com os poderes concedentes.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Neste contexto, foi criado o Comitê do Marco Legal do Saneamento, com as atribuições de analisar os impactos e propor os ajustes necessários para adaptação da Companhia.

Atualmente, encontram-se em elaboração estudos jurídicos e de viabilidade institucional, técnica e econômico-financeira visando à adequação ao Novo Marco Legal do Saneamento Básico, especialmente quanto à regionalização da prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto, mediante análise de cenários e proposição de alternativas de soluções que assegurem a manutenção e a continuidade dos negócios e sua eventual expansão para novas localidade e/ou para novos serviços de saneamento básico ainda não explorados diretamente.

A partir de 29 de janeiro de 2021 a Companhia passou a aplicar a tarifa média de 12,25% após revisão extraordinária realizada conforme Resolução Cagece 045/20, de 30 de dezembro de 2020 (ARCE e ACFOR - Revisão Ordinária Linear).

A seguir estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Status	Data de vencimento	% de faturamento*	Tipo de contrato	Prazos em anos
FORTALEZA	Vigente	03/11/54	55,67	Programa	35
MARACANAÚ	Vigente	27/03/48	5,10	Programa	30
CAUCAIA	Vigente	06/10/55	4,58	Programa	36
JUAZEIRO DO NORTE	Vigente	22/04/50	4,27	Programa	30
ITAPIPOCA	Vigente	14/12/46	1,14	Programa	30
MARANGUAPE	Vigente	29/09/54	1,04	Programa	35
SÃO G. DO AMARANTE	Vigente	24/09/54	1,01	Programa	35
PACATUBA	Vigente	01/10/54	1,00	Programa	35
TIANGUÁ	Vigente	27/03/36	0,98	Concessão	30
EUSÉBIO	Vigente	26/09/49	0,98	Programa	30

*Informação não auditada

Impactos da COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

No combate à COVID-19 o setor de saneamento básico é considerado “serviço essencial” para manutenção da qualidade de vida da sociedade, principalmente, para higiene pessoal e limpeza de ambientes, sendo o ato de lavar as mãos com frequência uma das principais medidas de prevenção recomendadas pela OMS.

A saúde, segurança e manutenção de empregos de seus colaboradores também são prioridades para a Companhia. Neste intuito a Administração, com a cooperação da Coordenação de Segurança, Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida, criou a Comissão de Crise, Acompanhamento e Combate à Propagação do Coronavírus. A Companhia tem adotado diversas medidas para garantir a

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

maior segurança e prevenção para cada um dos colaboradores. Incluem, mas não se limitam a: (i) regime de home office para colaboradores do grupo de risco das áreas administrativas; (ii) afastamento dos colaboradores do grupo de risco da área operacional. O grupo de risco compreende colaboradores acima de 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, respiratórias, imunocomprometidos, em tratamento de câncer, gestantes e lactantes; (iii) isolamento domiciliar de 14 (quatorze) dias para colaboradores que apresentem ou residam com familiar que apresentem sintomas respiratórios e/ou febre; (iv) disponibilização de canal de comunicação para pesquisa interna com colaboradores nas situações previstas no tópico anterior; (v) reforço da comunicação interna através de publicação semanal de boletim interno do panorama do Coronavírus na Companhia; (vi) distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas; (vii) disponibilização de álcool gel e líquido em todos os ambientes da Companhia; (viii) higienização diária das viaturas utilizadas pelas equipes de manutenção operacional; (ix) utilização de termômetros digitais para verificação de temperatura dos colaboradores e eventuais agentes externos presentes em suas instalações; (x) as lojas de atendimento presencial da capital e região metropolitana foram reabertas em agosto de 2020, com exceção da loja de Novo Oriente, a qual teve os atendimentos transferidos para a loja da sede de Maracanaú, já as lojas de atendimento do interior foram reabertas no início de setembro. Todas as lojas estão seguindo os protocolos de segurança estabelecidos no Decreto Estadual para o enfrentamento do Coronavírus, tais como: medição de temperatura, exigência do uso de máscara tanto para os colaboradores quanto para os clientes, distanciamento entre os atendentes e uso de álcool em gel. O atendimento está sendo efetuado somente mediante agendamento prévio no site da Cagece.

Em 3 de abril de 2020, foi decretada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e sancionada pelo Governador do Estado a Lei Estadual 17.196/2020 que concede a isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores residenciais de municípios assistidos pela Companhia, que se enquadrem no padrão básico, observado o limite de consumo de 10 (dez) m³/mês, ficando também os consumidores residenciais do padrão básico e regular isentos do pagamento da tarifa de contingência a que se refere o art. 46 da Lei Federal n.º 11.445/2007, durante a situação emergencial em saúde decorrente da pandemia. Os benefícios da referida Lei perduraram até agosto de 2020 por determinação do Decreto do Governo do Estado n.º 33.630 de 17 de junho de 2020.

Em 12 de março de 2021, foi decretada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e sancionada pelo Governador do Estado a Lei Estadual 17.412/2021, que renova por dois meses a isenção da tarifa de água e esgoto aos mesmos consumidores abrangidos pela Lei Estadual 17.196/2020.

Também em 12 de março de 2021 foi decretada pela Assembleia Legislativa do Estado e sancionada pelo Governador do Estado a Lei Estadual 17.408/2021, que isenta o pagamento das tarifas de água e esgoto e de contingência a estabelecimentos do setor de alimentação fora do lar, situados no Estado do

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ceará, em decorrência do período de pandemia da COVID-19. As isenções são vigentes nos meses de março, abril e maio de 2021. A Lei também autorizou a remissão de dívidas pendentes de pagamento junto à Companhia, desse setor, relativas aos meses de março de 2020 a fevereiro de 2021.

Objetivando preservar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, tanto a Lei 17.412/2021, como a Lei 17.408/2021 autorizaram, excepcionalmente, a utilização de recursos provenientes da tarifa de contingência para compensar as isenções. O valor total utilizado até 31 de março de 2021 foi de R\$ 9.188 relativo as isenções da Lei 17.412/2021, R\$ 1.981 relativos à Lei 17.408/2021, subdivido entre R\$ 90 de isenção de receita a faturar e R\$ 1.891 de quitações e devoluções.

A pandemia do novo Coronavírus tem afetado profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, o que é reflexo da redução na demanda por bens e serviços causada pelas medidas restritivas de distanciamento social.

Neste cenário de incertezas econômicas resultantes da pandemia, o setor de saneamento básico é um dos mais resilientes e a Companhia está acompanhando ativamente os desdobramentos do comportamento econômico e social, principalmente nas consequências percebidas pela população atendida nos municípios em que atua.

A Companhia entende não haver riscos na continuidade de suas operações, contudo, apresenta, a seguir, sua melhor análise de mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo Coronavírus, assim como as ações tomadas para preservação de sua liquidez.

- **Receitas e fluxos de caixa:** Na visão da Companhia, as receitas do setor de saneamento básico, quando comparadas aos demais setores, foram menos afetadas pelos efeitos da pandemia por se tratar de serviços essenciais à população. Podendo impactar sobre o fluxo de caixa operacional e a arrecadação devido ao aumento da inadimplência decorrente da pandemia, reduzindo assim o índice de conversão do EBITDA em Caixa. Com o aumento da inadimplência, ocorreu uma revisão no cálculo da estimativa de perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, que sofreu um aumento no primeiro trimestre de 2021 de R\$ 11.829 quando comparada a 31 de dezembro de 2020;
- **Repactuação de dívidas:** Foram solicitados e atendidos os pedidos da Companhia de suspensão temporária do pagamento de juros e amortização dos contratos de empréstimos e financiamentos com o Banco do Nordeste - BNB e o Finame mantido com o Banco Santander. Os juros do BNB tiveram seus pagamentos retomados em fevereiro de 2021 e ocorrem trimestralmente, ao passo que as amortizações junto ao Santander foram retornadas em outubro de 2020;
- **Benefícios a empregados:** A Administração avaliou os impactos nos benefícios aos empregados e nas obrigações da Companhia, e entende que,

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

neste período, apesar da grande incerteza no mercado financeiro e dos impactos no cenário da saúde, considerando as melhores informações disponíveis, não há ajuste a ser realizado no registro das provisões decorrentes dos Planos de Aposentadoria e de Assistência Médica;

- **Ativos vinculados às concessões e ativos de direito de uso:** Adicionalmente, a Administração avaliou e concluiu que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus ativos vinculados às concessões e ativos de direito de uso até o período findo em 31 de março de 2021;
- **Estoque de segurança de materiais de tratamento de água:** Visando a manutenção de estoque de segurança, foram contatados todos os principais fornecedores de produtos de tratamento da Companhia, os quais informaram que não haveria fechamento das fábricas, o que tem se confirmado até o presente momento. O cronograma de entregas foi mantido e a Gerência de Suprimentos - GESUP está realizando o monitoramento das entregas com os fornecedores para manter os estoques, principalmente das Estações de Tratamento de Água - ETAS Oeste e Gavião, assim como no interior do estado.
- **Parcelamentos de dívidas de clientes:** A Companhia, em agosto de 2020, divulgou aos seus clientes uma Campanha de parcelamentos de dívidas, a fim de melhorar os recebimentos de créditos e reduzir os impactos causados pela Pandemia em seu Contas a Receber. Os clientes inadimplentes poderiam parcelar suas dívidas em até 24 meses. Para 2021, devido a nova onda de COVID-19 e a possibilidade de ocorrer novamente um aumento na inadimplência, a Companhia se antecipou e já aprovou em Reunião de Diretoria um novo programa de parcelamentos com projeção para início dos recebimentos no segundo trimestre.

A Companhia tem avaliado sistematicamente os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelos membros do Conselho de Administração em 12 de maio de 2021.

2.2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática na data de transição para IFRS, sendo que estes bens não são reversíveis ao poder concedente.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas levando em conta o pressuposto da continuidade operacional, dado que a Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas utilizando estimativas e premissas que afetam montantes divulgados nessas informações e notas explicativas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.7.

(b) Vidas úteis do ativo imobilizado e intangível

A Companhia mensura a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis a fim de refletir o tempo em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos. As premissas de vida útil e cálculos de depreciação e amortização de imobilizados e intangíveis são apresentadas nas Notas Explicativas 2.11 e 2.10 respectivamente.

(c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência que determine se um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros não é recuperável. A Nota 2.6.(c) apresenta a política contábil aplicável para mensuração e evidenciação da estimativa relacionada a redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. A Nota 2.14 apresenta a política contábil aplicável para mensuração e evidenciação da estimativa relacionada a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

(e) Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

(f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Nota 2.17 apresenta as políticas contábeis aplicáveis aos impostos.

(g) Benefícios a empregados

A Companhia registra seus benefícios a pós-emprego de responsabilidade da CAGECE relacionados a assistência médica e benefícios previdenciários são reconhecidos de acordo as avaliações atuariais anuais e estão definidas conforme Políticas Contábeis apresentadas na Nota 2.18.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(c) Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reduz seus ativos financeiros e contratuais ao valor recuperável pelo modelo de perdas esperadas que requer o registro da perda estimada no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base em dados objetivos do “contas a receber”, históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

(d) Passivos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria os "Empréstimos e financiamentos", "Fornecedores", "Incentivo à aposentadoria - PRSP", "Arrendamento mercantil", "Obrigações com clientes" e "Garantias contratuais de fornecedores".

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

Os critérios para reconhecimento de impairment, atualmente aplicados, consideram que as vendas são pulverizadas entre um grande número de clientes e que o contas a receber de clientes não possui um componente significativo de financiamento, ou seja o faturamento tem vencimento em até 30 dias.

Devido a Pandemia do COVID-19, durante o ano de 2020, por determinação do Governo do Estado, os serviços de cortes foram suspensos e como consequência, clientes que nunca haviam atrasado suas faturas, deixaram de realizar as liquidações. Por isso, a Companhia realizou uma revisão nos critérios de reconhecimento da provisão esperada para perdas com crédito de contas a receber. Associando uma análise quantitativa do total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que se encontravam com pelo menos uma fatura com prazo de inadimplência superior a 180 dias, com uma análise qualitativa de, caso o cliente nunca tenha apresentado histórico de inadimplência junto a Companhia e esta seja uma situação que ocorreu especificamente por conta do período de pandemia, esse cliente não integraria a base da provisão.

No primeiro trimestre de 2021, parte dos valores reconhecidos na provisão foram estornados, devido ao perdão das dívidas em atraso de estabelecimentos de alimentação fora do lar, conforme lei 17.408/2021.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

2.8. Ativos financeiros - concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

2.9. Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. A Administração reconhece também os saldos de no ativo de contrato que contempla os estoques para obras.

2.10. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, ajustado ao custo atribuído em anos anteriores em função a convergência às IFRS, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais:

	<u>Anos</u>
Aduadoras e canais	30 a 60 anos
Edificações	20 a 67 anos
Estações de tratamento	60 a 67 anos
Hidrômetros	10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	60 anos
Redes	30 a 80 anos
Reservatórios	20 a 60 anos

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(a) Contratos de concessão

Referem-se aos contratos firmados antes da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões - Lei 8.987/95), registrados de acordo com o ICPC 01 (R1).

(b) Contratos de programa

Referentes a contratos firmados após a Lei 11.445/07 - Marco Regulatório, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Ambas as formas são registradas de acordo com o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e, portanto, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo a vida útil dos mesmos e o que excede o tempo da concessão, torna-se ativo financeiro.

(c) Direitos de uso - concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão. Esses direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(d) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Obrigações especiais

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, do Estado, dos municípios e dos consumidores, incluindo os valores recebidos a título de tarifa de contingência, que foram utilizados na aquisição de ativos, doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 1º de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se for o caso.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local em que esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

As baixas do imobilizado são realizadas considerando os valores residuais de itens ou peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

2.12. Operações de arrendamento

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma.

2.13. Investimentos em coligadas

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. É reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Na existência de resultados operacionais superavitários ou deficitários os investimentos em empresas coligadas serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, até o nível zero.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios em que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microrregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre os lucros diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.17. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAGECE relacionados à assistência médica e benefícios previdenciários são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). As avaliações atuariais são anuais. No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida (CD), o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAGECE e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial. Outro benefício concedido é o plano de assistência à saúde, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais de conhecimento da CAGECE, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Desse modo, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, sob ditames do CPC 33, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa. Quanto ao plano de assistência médica, tendo-se em vista que a CAGECE já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de aumento de passivo.

Obrigações de aposentadoria

Instituída pela CAGECE através da Lei Estadual nº 13.313/2003, a CAGEPREV - Fundação CAGECE de Previdência Complementar foi fundada em 12 de fevereiro de 2004 através da Portaria nº 24, da Secretaria de

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Previdência Complementar (SPC), subordinada ao extinto Ministério da Previdência, para administrar o Plano de Contribuição Variável - PCV dos empregados da CAGECE, com o objetivo de pagar, aos seus participantes e respectivos beneficiários, benefícios complementares aos da previdência oficial (INSS).

Para isso o empregado da CAGECE efetua contribuições mensais ao PCV, em um percentual de seu salário de participação, calculado no momento de sua adesão ao Plano. A Patrocinadora CAGECE também efetua contribuições mensais no mesmo percentual, obedecendo a Lei Complementar N.º 108/2001, sendo que o percentual da patrocinadora tem um limite de até 12%.

O Plano de Contribuição Variável - PCV é um plano de benefícios que não corre risco de insolvência, pois está equilibrado pelo mecanismo de quotas, onde o patrimônio de cobertura sempre será igual ao das provisões matemáticas. Isto implica dizer que a Patrocinadora não precisa aportar nenhum valor além das contribuições mensais.

Benefícios de rescisão - Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado (PRSP)

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

Participação nos resultados - obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após determinados ajustes, conforme definido em acordo coletivo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

2.18. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.19. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetivo compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.20. Tarifa de contingência

Em 2015, através da Resolução n° 201, de 19 de novembro de 2015, a qual foi alterada pela Resolução n° 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e a Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo n° 003/15 - SUP, foi aprovada a implantação da tarifa de contingência. O mecanismo consiste na cobrança de um valor adicional pelo volume de água que ultrapassar a meta de economia estabelecida para cada cliente nos termos estabelecidos nas referidas

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

resoluções. A aplicação dos recursos provenientes da tarifa de contingência visa cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez e investimentos para redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

Conforme estipulam as regulamentações sobre o tema:

- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência, fica condicionada à aprovação pelas Agências Reguladoras, dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela Companhia;
- A Companhia mantém aplicação financeira vinculada e restrita para administrar os recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência;
- Os ativos físicos constituídos a partir dos recursos provenientes da tarifa de contingência serão considerados como provenientes de recursos não onerosos (participação financeira do usuário), sendo registrados como obrigações especiais;
- Se extinta a vigência da tarifa de contingência, os saldos contábeis das contas vinculadas a esses recursos recebidos, que não estejam comprometidos com inversões do plano de redução de perdas de água, serão considerados pelas Agências Reguladoras (ARCE e ACFOR), no processo tarifário, para fins de modicidade tarifária.

Conseqüentemente, a Companhia mantém registrados no passivo circulante os valores provenientes da tarifa de contingência os quais ainda não foram aplicados nos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

2.21. Receita

Receita com vendas e prestação de serviços

É reconhecida tomando por base os serviços medidos de fornecimento de água e a coleta de esgoto no momento em que cumpre as obrigações de desempenho, conforme define o CPC 47, IFRS 15 (Receita de contrato com cliente). As receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturada até o final de cada exercício são estimadas e reconhecidas no contas a receber de clientes e a contrapartida no resultado como receita a faturar.

A receita é apresentada líquida dos impostos e dos descontos.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros do contas a receber é reconhecida no resultado conforme efetivamente incorridos, pelo regime de caixa.

2.22. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.23. Apresentação de Informação por Segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

2.24. DVA - Demonstração do Valor Adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às informações contábeis intermediárias para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

3.1. Alteração dos CPCs 38, 40 (R1) E 48 - Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros

A alteração versa a respeito da reforma da taxa de referência de juros - Fase 2, alterando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais como resultado dessa reforma. Esta alteração não gera impactos significativos para a Companhia no trimestre atual, bem como não são esperados em trimestres futuros.

3.2. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

<u>Pronunciamentos novos ou alterados</u>	<u>Natureza da alteração</u>	<u>Vigente para períodos anuais iniciados em ou após</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 - Imobilizado	Prover guidance para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso - recursos antes do uso pretendido	1° de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS - Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1° de janeiro de 2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos onerosos - custo de cumprimento do contrato	1° de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Informações contábeis intermediárias	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1° de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1° de janeiro de 2023

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

i) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de “*hedge*” ou “*swap*”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 20)	267.959	241.942
Cotação do USD	5,6973	5,1967
Empréstimos e financiamentos com o BID em USD	47.033	46.557

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

ii) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía R\$ 449.693 (R\$ 420.161 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 20) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR), (TJLP) e (LIBOR).

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1. (d).

(b) Risco de crédito

Em 31 de março de 2021 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes e caixas, aplicações financeiras, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e ativo financeiro - contratos de concessão.

Com relação ao saldo de caixa e equivalentes e caixas, aplicações financeiras e depósitos vinculados a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, conforme divulgado nas Notas 5, 6 e 7.

Com relação ao saldo de contas a receber, a Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos:

- **Particulares** - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.);
- **Órgãos públicos** - serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia;
- **Serviços indiretos** - trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do inciso V do artigo 40, pode interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado em um prazo de 30 dias.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

Com relação aos ativos financeiros - contratos de concessão, os riscos relativos são considerados bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da Diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: (1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); (2) excesso de arrecadação; e (3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

As linhas de crédito disponíveis para a Companhia referem-se às linhas já utilizadas nos contratos vigentes. Não existem outras linhas de créditos obtidas, mas não utilizadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Período findo em 31 de março de 2021****(Valores expressos em milhares de Reais)**▪ **Em 31 de março de 2021**

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	60.691	57.522	140.419	191.061	449.693
Fornecedores	153.869	-	-	-	153.869
Incentivo a aposentadoria - PRSP	17.785	30.700	12.094	-	60.579
Obrigações com clientes	3.073	-	-	-	3.073
Arrendamento mercantil	15.404	2.360	576	-	18.340

▪ **Em 31 de dezembro de 2020**

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	56.247	56.459	129.976	177.479	420.161
Fornecedores	144.133	-	-	-	144.133
Incentivo à aposentadoria - PRSP	18.788	30.130	15.047	35	64.000
Obrigações com clientes	3.086	-	-	-	3.086
Arrendamento mercantil	19.334	2.123	518	-	21.975

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

(d) Análise de sensibilidade às taxas de juros

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais instrumentos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável e, portanto, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de março de 2021 em 2,65% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um decréscimo da cotação em 25% (1,99% a.a.) e 50% (1,33% a.a.), respectivamente.

Para os passivos financeiros, o cenário I considerou a taxa média de captação de empréstimos da Companhia em 31 de março de 2021 de 5,94% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo da taxa em 25% (7,43% a.a.) e 50% (8,91% a.a.), respectivamente.

Dada a exposição do passivo financeiro ao risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário I: cotação do dólar em R\$ 5,6973 em 31 de março de 2021; (ii) cenário II: cotação do dólar, passando para R\$ 7,1216; e (iii) cenário III, passando a R\$ 8,5460:

Instrumentos financeiros	Risco	31/03/2021		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a convênios indexados ao CDI				
Aplicações Financeiras	Redução do indexador	256.390	260.056	258.826
Impacto no resultado		6.794	3.666	2.436
Depósitos Vinculados	Redução do indexador	98.453	99.861	99.388
Impacto no resultado		2.609	1.408	935
Passivo financeiro				
Empréstimos e financiamentos (Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades, BNDES e BID)				
Impacto no resultado	Alta do indexador	449.693	483.088	489.767
		(26.716)	(33.395)	(40.074)
BID				
Empréstimos em USD (BID)	Alta do US\$	267.959	334.949	401.939
Impacto no resultado		-	(66.990)	(133.980)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

4.2. Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/03/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	449.693	420.161
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(3.648)	(109)
Menos: aplicações financeiras (Nota 6)	(256.390)	(218.132)
Dívida líquida	189.655	201.920
Total do patrimônio líquido	2.538.547	2.510.827
Total do capital próprio e de terceiros	2.728.202	2.712.747
Índice de alavancagem financeira - %	6,95%	7,44%

4.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pela agência internacional de rating Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AA	363.816	323.663
AAA (bra)	1.301	231
Não informado (*)	192	7
	<u>365.309</u>	<u>323.901</u>

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pela agência dos ratings utilizada pela Companhia.

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil S.A.	AA (bra)
Caixa Econômica Federal	AA (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AA (bra)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta movimento	2.238	97
Bancos conta arrecadação	1.410	12
	<u>3.648</u>	<u>109</u>

6. Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado a seguir:

	<u>Tipo</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Indexador de referência</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	CDI	11.164	16.740
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 400 mil	Renda Fixa	CDI	225	19.068
Banco do Brasil S.A.	CP ADMIN SUPREMO S. PUBLICO	Renda Fixa	CDI	2.593	1.909
Caixa Econômica Federal	Mega Referenciado	Renda Fixa	CDI	104.820	87.573
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	CDI	12.911	1.437
Caixa Econômica Federal	Fundo Invest Safira	Renda Fixa	CDI	121.596	88.567
Banco do Nordeste do Brasil	BNB - FI CDB	CDB	CDI	3.080	2.838
				<u>256.390</u>	<u>218.132</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Essas aplicações financeiras de liquidez imediata se referem a sobras operacionais que são utilizadas para a Cagece reinvestir na operação, a fim de tentar realizar todas as diversas obrigações de universalização e de manutenção e renovação de ativos, as quais não possuem receita tarifária suficiente nem recursos dos orçamentos fiscais federal e estadual para lhes fazer face. Essas momentâneas sobras são absolutamente necessárias para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicadas em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos de utilização das mesmas, a fim de que se capitalize mais para maximizar a sua utilização na operação.

Abaixo seguem os percentuais CDI atrelados a cada aplicação.

	31 de março de 2021		
	Rentabilidade do fundo	Rentabilidade CDI	Comparativo
BB - FIC Corp. 10 milhões	0,28%	0,20%	141,47%
BB - FIC Corp. 400 mil	0,15%	0,20%	75,88%
BB - CP Admin Supremo S. Pub.	0,15%	0,20%	75,98%
CEF - Mega Referenciado	0,06%	0,20%	30,63%
CEF - FIC CP Automático	0,04%	0,20%	20,09%
CEF - FI SAFIRA REF DI LP	0,15%	0,20%	74,99%
BNB - FI CDB	0,20%	0,20%	99,00%
BNB-FI RF CP	0,04%	0,20%	20,54%

7. Depósitos vinculados

	31/03/2021	31/12/2020
Bancos conta vinculada	6.818	19.955
Aplicações financeiras vinculadas	98.453	85.705
	105.271	105.660

Os depósitos bancários vinculados estão representados substancialmente por duas situações:

- (i) Recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência, estando tais valores vinculados a desembolsos específicos advindos da estiagem no estado do Ceará.

No período findo em 31 de março de 2021, o montante de R\$ 89.250 (R\$ 76.962 em 31 de dezembro de 2020) se refere à arrecadação decorrente da tarifa de contingência. Em 2020 o saldo dos depósitos vinculados provenientes dos recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência reduziu devido à suspensão da cobrança da tarifa de contingência de consumidores residenciais do padrão básico e regular (redução de arrecadação) e à utilização dos recursos da tarifa de contingência para compensar a isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores residenciais, conforme prevista e autorizada, respectivamente, na Lei 17.196/2020. Ao passo que em 2021, as Lei 17.408/2021 e 17.412/2021 foram decretadas em março e, portanto, anteriormente, os valores de

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

tarifa de contingências estavam sendo recebidos normalmente.

- (ii) Recursos recebidos através de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua.

No período findo em 31 de março de 2021, o montante de R\$ 16.021 (R\$ 28.698 em 31 de dezembro de 2020) se refere a repasses que o acionista Governo do Estado faz para obras conveniadas, conforme as regras incidentes em cada espécie, sendo tais valores vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

8. Contas a receber de clientes

	31/03/2021	31/12/2020
Particulares	495.937	472.029
Órgãos públicos	25.776	22.510
Tarifa de contingência (a)	57.503	54.736
Serviços indiretos	53.505	52.337
Serviços prestados a faturar	84.779	89.370
	717.500	690.982
Agentes arrecadadores (b)	1.103	3.284
(-) Provisão para perdas de estimadas de créditos (c)	(367.955)	(356.126)
	(366.852)	(352.842)
Total contas a receber de clientes circulante	350.648	338.140
Particulares	3.123	3.421
Tarifa de contingência (a)	469	469
Serviços indiretos	594	647
Total contas a receber de clientes não circulante	4.146	4.537
	354.794	342.677

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento

	31/03/2021	31/12/2020
A vencer	259.309	260.362
Vencidos:		
1 a 30 dias	55.126	51.133
31 a 60 dias	26.320	23.861
61 a 90 dias	15.594	13.666
91 a 180 dias	34.097	25.159
mais de 180 dias	331.200	321.338
	721.646	695.519

(a) Tarifa de contingência

Aprovada pela Resolução n° 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução n° 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo n° 003/15 - SUP, a tarifa de contingência visa reduzir o consumo de água por

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

parte da população face da situação de escassez de recursos hídricos. Sua cobrança iniciou-se em 19 de dezembro de 2015.

As bases gerais para cobrança da tarifa de contingência são:

- Estimativa de consumo mensal de referência que corresponde a 90% (noventa por cento) da média de consumo medido do período de outubro de 2014 a setembro de 2015; A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;
- A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;
- O usuário cujo consumo mensal de água ultrapasse a média de consumo mensal de referência fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência;
- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência fica condicionada à aprovação pela ARCE dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela CAGECE. Os recursos estão registrados em depósitos vinculados até a aprovação pela ARCE;

(b) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na rubrica “Agentes arrecadadores” referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

(c) Provisão para perdas de crédito estimada

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregados por classes (cliente residencial, comercial, industrial e público). Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, baseando-se na experiência histórica da Administração em relação a arrecadação. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

Observou-se um aumento na PECLD decorrente dos efeitos econômicos da pandemia de COVID-19 associados à ação tomada pela Companhia, visando contribuir com as medidas sociais implementadas pelo Governo do Estado no combate à COVID-19, de suspensão do corte no fornecimento de serviços para determinadas categorias de consumidores durante a situação de emergência.

A provisão para perdas de crédito estimada apresenta a seguinte movimentação:

	31/03/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(356.126)	(289.252)
Constituição	(35.495)	(197.954)
Constituição de PECLD sobre tarifa de contingência	(2.568)	(9.636)
Reversão (i)	26.234	140.716
Saldos finais	(367.955)	(356.126)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

- (i) Em 31 de março de 2021, o saldo de reversão de R\$ 26.234 está representado, principalmente, por reversões e refaturamentos nos montantes de R\$ 11.361 e R\$ 14.873, respectivamente.

9. Tributos a recuperar

	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de renda	14.869	10.874
Contribuição social	5.101	3.549
PIS	240	238
COFINS	1.117	1.109
REFIS	669	669
Circulante	21.996	16.439
Imposto de renda (a)	43.166	55.695
Contribuição social (a)	22.705	31.805
Não circulante	65.871	87.500
	87.867	103.939

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar

As práticas relacionadas ao reconhecimento da tarifa de contingência foram revisadas, ensejando na reapresentação das Informações contábeis intermediárias dos exercícios de 2017 e 2018, bem como dos dois primeiros trimestres do ano de 2019. Antes dessa reapresentação, os recursos de tarifa de contingência eram reconhecidos como receita, no resultado corrente do exercício. Após a revisão das práticas, esses montantes passaram a ser registrados como uma obrigação, no passivo da Companhia.

Para fins de aferição do Lucro Real e da Base de cálculo da CSLL, nos períodos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, a Companhia adotou a política de adicionar os valores correspondentes à “Tarifa de Contingência” na base de cálculo de IRPJ e CSLL, em virtude da sua classificação como receita à época, e conseqüentemente, recolheu o valor destes tributos.

A Receita Federal do Brasil, ao analisar o assunto em consulta formulada por outra concessionária, se pronunciou por meio da Solução de Consulta COSIT n° 222/2018, no sentido de que os valores arrecadados referentes à tarifa de contingência devem ser considerados como receitas e, portanto, oferecidos à tributação pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Apesar do posicionamento da Receita Federal do Brasil, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, a definição de receita tributável é representada pelo ingresso financeiro que se integra no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem reservas ou condições. Bem como, para o Supremo Tribunal Federal, faturamento ou receita são expressões que quantificam o resultado das atividades econômicas dos contribuintes, abrangendo aquilo que se agrega definitivamente ao seu patrimônio. Qualquer ingresso que não seja nem resultado dessas atividades nem se agregue de modo definitivo ao referido patrimônio jamais poderá ser incluído no conceito de receita ou faturamento.

Assim, considerando que: (i) a aplicação e a destinação dos recursos decorrentes da Tarifa de Contingência dependem sempre de autorização prévia regulatória e, (ii) que a CAGECE não é beneficiária dos recursos em questão, pois estes necessariamente se convertem em ativos provenientes de recursos não onerosos (participação financeiro do usuário), ou havendo saldo remanescente não investido serão considerados para fins de modicidade tarifária, resta evidente que os valores cobrados a esse título não se confundem com o conceito de receita/faturamento, por consequência, não podem tais valores serem submetidos à cobrança do PIS/COFINS, CSLL e IRPJ.

Adicionalmente, os assessores jurídicos da Companhia avaliaram e emitiram parecer onde

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

demonstram entendimento de que a Tarifa de Contingência não pode ser considerada receita, uma vez que não preenche os requisitos exigidos pelas normas contábeis e pela legislação e, principalmente, pela jurisprudência administrativa e judicial atualmente consolidada. E por esta razão não deve se sujeitar à tributação de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Diante disso, a Companhia procedeu com as retificações das obrigações acessórias dos períodos citados acima com vistas a: (i) adequar a apuração fiscal com as demonstrações financeiras da CAGECE do período em questão, e (ii) contabilizar os créditos relativos à recuperação dos valores pagos a título de IRPJ e CSLL incidentes sobre a tarifa de contingência, bem como o registro da baixa do ativo diferido relativo a IRPJ e CSLL calculados sobre a tarifa de contingência. Segue o impacto por ano:

ANO	Constituição de Crédito Tributário		Atualização Monetária do Crédito	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
2016	5.934	4.577	2.188	1.443
2017	5.163	2.652	962	507
2018	9.725	6.220	1.188	725
2019	17.590	10.026	1.244	614
2020	11.520	4.953	181	88
	49.932	28.428	5.763	3.377

Adicionalmente, o crédito tributário diferido reconhecido ao longo dos anos, no montante de R\$ 32.261 e 23.865 de IRPJ e CSLL, respectivamente foi estornado.

No primeiro trimestre de 2021, parte do saldo dos tributos a recuperar de IRPJ e CSLL foram utilizados para compensar os tributos PIS e COFINS das competências janeiro, fevereiro e março de 2021.

Segue abaixo o saldo atual do valor do crédito e o saldo da respectiva atualização monetária:

	IRPJ	CSLL
Crédito tributário	40.228	21.279
Atualização monetária	2.938	1.426
Saldo em 31 de março de 2021	43.166	22.705

10. Projetos

(a) Projeto KfW

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW Bankengruppe, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. O projeto KfW III tem prazo de finalização para dezembro de 2021, ao passo que o KfW II está aguardando a aprovação da

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

prestação de contas. Após o encerramento da execução do projeto, será realizada a prestação de contas que, após aprovada, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implementados com esses recursos passarão a ser operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural - SISAR.

O valor da conta de ativo, no montante de R\$ 53.983 (R\$ 53.911 em 31 de dezembro de 2020), denominada de Projeto KfW - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto na conta de passivo, denominada de Projeto KfW - recursos recebidos, no montante de R\$ 51.231 (R\$ 51.231 em 31 de dezembro de 2020), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$ 2.752 (R\$ 2.680 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

11. Depósitos judiciais

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Causas cíveis	1.400	1.485
Contingências vinculadas - cíveis	(176)	(176)
Causas trabalhistas	3.447	3.346
Contingências vinculadas - trabalhistas	(2.487)	(2.487)
Causas tributárias	4.890	4.876
Contingências vinculadas - tributárias	(138)	(138)
	<u>6.936</u>	<u>6.906</u>

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2020	1.309	859	4.738	6.906
Novos depósitos	630	121	-	751
Reversões	(725)	(33)	-	(758)
Atualização monetária	10	13	14	37
Saldos finais em 31 de março de 2021	<u>1.224</u>	<u>960</u>	<u>4.752</u>	<u>6.936</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Depósitos vinculados a garantias

	31/03/2021	31/12/2020
Banco do Brasil S.A.	10.571	10.652
Caixa Econômica Federal	2.653	2.647
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	6.915	6.883
Garantias contratuais	67	66
	<u>20.206</u>	<u>20.248</u>

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 7.073 (R\$ 7.048 em 31 de dezembro de 2020) e conta reserva no valor de R\$ 3.498 (R\$ 3.604 em 31 de dezembro de 2020), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essa instituição financeira.

13. Ativos financeiros - contratos de concessão

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é regulado na capital do estado do Ceará, pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR e no interior do estado do Ceará, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final das concessões, é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui, em 31 de março de 2021, R\$ 74.458 (R\$ 72.055 em 31 de dezembro de 2020) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes saldos foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 31 de março de 2021 é R\$ 1.425 (Despesa de R\$ 1.834 em 31 de março de 2020), conforme Nota 43.

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	31/12/2020	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	31/03/2021
Ativo financeiro	72.055	978	1.425	74.758
	72.055	978	1.425	74.458

	31/12/2019	Transferência para o ativo intangível	Atualização do ativo financeiro	31/12/2020
Ativo financeiro	119.865	(46.062)	(1.748)	72.055
	119.865	(46.062)	(1.748)	72.055

A taxa WACC, utilizada para trazer a valor presente o ativo financeiro foi de 11,04%.

A concessão da Companhia, com exceção do Município de Fortaleza, não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Para o Município de Fortaleza, a Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto do Município.

14. Investimentos

O montante de R\$ 658 (R\$ 658 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao investimento realizado na empresa VSA Pacajus - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. constituída em 29 de janeiro de 2020 em conjunto entre a Companhia e a Vicunha Serviços Ltda. Conforme instrumento particular de contrato de associação e outras avenças, a Companhia detém 49% (quarenta e nove por cento) das ações. A investida tem como atividade a prestação de serviços privados de coleta, transporte, tratamento e disposição de efluentes industriais, bem como a produção e distribuição de água industrial e de reuso de água não potável. No primeiro trimestre de 2021 o resultado de equivalência patrimonial gerou uma receita de R\$ 0,1 reais.

A Companhia também apresenta um investimento na Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A., em conjunto com a Pb Construções Ltda. A Cagece detém 15% da Participação Societária desta Sociedade, onde foi investido um montante de R\$ 1,5. A investida tem como atividade principal a projeção, implantação e prestação de serviços de tratamento e fornecimento de Água Industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais, e/ou tratamento complementares e negócios conexos relacionados a utilidades industriais no Complexo Industrial e Portuário do Pecém no Estado do Ceará. O investimento, no ativo da Companhia, encontra-se zerado devido a investida está em fase pré-operacional e ainda apresentando prejuízo.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE**

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Imobilizado

	31/03/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Ativo de arrendamento	25.812	(11.093)	14.719	17.543
Edificações	25.563	(6.942)	18.621	18.744
Computadores e periféricos	11.302	(7.453)	3.849	4.016
Máquinas e equipamentos	5.727	(4.260)	1.467	1.475
Terrenos	14.249	-	14.249	14.249
Móveis e utensílios	8.764	(6.832)	1.932	1.997
Instalações	165	(95)	70	74
Veículos	2.093	(943)	1.150	273
Ferramentas	156	(98)	58	47
	93.831	(37.716)	56.115	58.418

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE**
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/03/2021
Ativo de arrendamento	17.543	2.301	-	-	(5.125)	14.719
Edificações	18.744	-	-	-	(123)	18.621
Computadores e periféricos	4.016	17	(1)	157	(340)	3.849
Máquinas e equipamentos	1.475	8	(3)	52	(65)	1.467
Terrenos	14.249	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	1.997	1	(1)	51	(116)	1.932
Instalações	74	-	-	-	(4)	70
Veículos	273	903	-	-	(26)	1.150
Ferramentas	47	4	-	10	(3)	58
	58.418	3.234	(5)	270	(5.802)	56.115

	31/12/2019	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2020
Ativo de arrendamento	15.780	24.778	(4.362)	-	(18.653)	17.543
Edificações	19.120	-	(181)	295	(490)	18.744
Computadores e periféricos	3.142	202	(41)	1.868	(1.155)	4.016
Máquinas e equipamentos	3.200	138	(23)	(1.359)	(481)	1.475
Terrenos	14.249	-	(138)	138	-	14.249
Móveis e utensílios	1.388	163	(20)	956	(490)	1.997
Instalações	60	-	-	35	(21)	74
Veículos	404	-	(4)	22	(149)	273
Ferramentas	31	15	(14)	25	(10)	47
	57.374	25.296	(4.783)	1.980	(21.449)	58.418

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

A seguir, demonstramos a vida útil de cada grupo de ativos.

	<u>Vida útil (anos)</u>
Computadores e periféricos	5 a 10
Edificações	20 a 67
Ferramentas	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Veículos	5
Ativo de arrendamento	Conforme contrato

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

16. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição (a)</u>	<u>Baixa (b)</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/03/2021</u>
Contratos de concessão	443.987	40.513	(432)	(44.770)	439.298
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(258.385)	(6.381)	-	17.748	(247.018)
Estoque de obras	62.148	29.074	(4.556)	(13.921)	72.745
	<u>247.750</u>	<u>63.206</u>	<u>(4.988)</u>	<u>(40.943)</u>	<u>265.025</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição (a)</u>	<u>Baixa (b)</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2020</u>
Contratos de concessão	394.218	160.731	(217)	(110.745)	443.987
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(234.666)	(105.673)	-	81.954	(258.385)
Estoque de obras	70.083	73.436	(11.456)	(69.915)	62.148
	<u>229.635</u>	<u>128.494</u>	<u>(11.673)</u>	<u>(98.706)</u>	<u>247.750</u>

(a) Adição

	<u>Adições no período de 3 meses findo em 31 de março de 2021</u>	<u>Adições no exercício de 2020</u>
Contratos de expansão	8.765	30.518
Contratos de obras	27.232	120.880
Obrigações especiais	(6.381)	(105.673)
Estoques de obras	29.074	73.436
Outras adições	4.516	9.333
	<u>63.206</u>	<u>128.494</u>

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

As adições ao ativo de contrato estão representadas substancialmente pelas aquisições de materiais e custos de serviço das expansões e execuções de obras, sendo as principais as que seguem: (i) Execução de Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário de Maracanaú-CE; (ii) exceção das Obras de Ampliação do Sistema de Reservação e Macro distribuição de Água da Região Metropolitana - Reservatório do Taquarão e Adutoras; (iii) Execução dos Serviços de Pavimentação e Recapeamento Asfáltico, por Meio de Fresagem com Vista às Obras de Esgotamento Sanitário no Município de Fortaleza; (iv) Execução de Serviços Técnicos de Expansão nos Sistemas de Água e Esgoto das Unidades de Negócio do Interior - Lote IV - UN-BSA e (v) Execução de Serviços Sistemáticos e Continuados para Renovação dos Ativos do Macrossistema de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Fortaleza, Operadas pela Unidade de Negócio Metropolitana de Macrocoleta e Tratamento de Esgoto (UNMTE);

- (b) Em função de a Companhia ter adotado como política contábil classificar ativo de contrato os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, mas que possuem maior representatividade na construção de ativos, a aplicação desses materiais na manutenção dos ativos da Companhia está representada como parte das baixas ao ativo de contrato.

17. Intangível

	31/03/2021		31/12/2020	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	4.231.942	(1.389.256)	2.842.686	2.825.872
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(316.781)	62.443	(254.338)	(241.104)
	3.915.161	(1.326.813)	2.588.348	2.584.768
Softwares	12.597	(7.222)	5.375	5.407
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(998)	9.002	9.085
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.322)	1.078	1.096
Outorga - município de Frecheirinha	226	(110)	116	118
	25.223	(9.652)	15.571	15.706
	3.940.384	(1.336.465)	2.603.919	2.600.474

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortização</u>	<u>Ativo financeiro (adições e baixas)</u>	<u>31/03/2021</u>
Concessão - água e esgoto	2.825.872	993	(3.251)	58.387	(38.366)	(949)	2.842.686
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(241.104)	-	156	(17.760)	4.399	(29)	(254.338)
Softwares	5.407	248	-	46	(326)	-	5.375
Outorga - município de Maracanaú	9.085	-	-	-	(83)	-	9.002
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.096	-	-	-	(18)	-	1.078
Outorga - município de Frecheirinha	118	-	-	-	(2)	-	116
	<u>2.600.474</u>	<u>1.241</u>	<u>(3.095)</u>	<u>40.673</u>	<u>(34.396)</u>	<u>(978)</u>	<u>2.603.919</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortização</u>	<u>Ativo financeiro (adições e baixas)</u>	<u>31/12/2020</u>
Concessão - água e esgoto	2.738.235	4.238	(9.502)	179.167	(135.119)	48.853	2.825.872
(-) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(167.666)	-	191	(82.735)	11.897	(2.791)	(241.104)
Softwares	960	5.015	-	294	(862)	-	5.407
Outorga - município de Maracanaú	9.419	-	-	-	(334)	-	9.085
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.160	-	-	-	(64)	-	1.096
Outorga - município de Frecheirinha	127	-	-	-	(9)	-	118
	<u>2.582.235</u>	<u>9.253</u>	<u>(9.311)</u>	<u>96.726</u>	<u>(124.491)</u>	<u>46.062</u>	<u>2.600.474</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 13.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

18. Fornecedores

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços e locações	112.130	103.157
Material	25.918	21.188
Obras	10.621	13.604
Outros	5.200	6.184
Saldo final	<u>153.869</u>	<u>144.133</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 refere-se às contas a pagar para os fornecedores de obras, materiais ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

O principal saldo de fornecedores é relativo a serviços e locações. Em 31 março 2021, estes podem ser divididos em serviços de terceirização de mão de obra no total de R\$ 42.700 (R\$ 44.218 em 31 de dezembro de 2020) e demais serviços e locações no montante de R\$ 69.430 (R\$ 58.939 em 31 de dezembro de 2020).

19. Passivo de arrendamento

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	15.404	19.334
Não circulante	2.936	2.641

Os passivos de arrendamento apresentam a seguinte movimentação:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	<u>21.975</u>	<u>19.158</u>
Acréscimo	2.301	24.778
Amortizações (principal e juros)	(5.936)	(19.061)
Baixas	-	(4.362)
Juros incorridos	-	1.462
Saldo final	<u>18.340</u>	<u>21.975</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

20. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2021	31/12/2020
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	99.672	103.480
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (ii)	-	-
Banco Santander (iii)	1.594	1.853
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (iv)	15.255	18.144
Banco do Nordeste (vi)	65.213	54.742
	181.734	178.219
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (v)	267.959	241.942
	449.693	420.161
Circulante	60.691	56.247
Não circulante	389.002	363.914

(i) Caixa Econômica Federal

Tratam-se de contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a., com saldo devedor e prestações reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade dos saldos das contas vinculadas do FGTS, taxa de risco de crédito de até 1,70% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. O pagamento da última parcela ocorrerá em 2032. Foram oferecidas como garantias as arrecadações decorrentes da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondentes a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base. A posição em dezembro de 2020 corresponde a 17 contratos vigentes. Existe ainda uma operação FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) tendo como operador a Caixa Econômica Federal, contratada em dezembro/2016, com as seguintes características: Sistema de Amortização Constante, prazo total de 60 meses, com carência de 24 meses para início da amortização e pagamento de encargos durante o período de carência a cada 3 meses (trimestrais). Saldo devedor corrigido pela TJLP (a TJLP foi substituída pela TLP apenas para os contratos firmados a partir de 01 de janeiro de 2018) + 5,91%, incluindo os encargos remuneratórios do operador. Os recebíveis da Companhia foram dados como garantia da operação.

(ii) Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará

Surgiram a partir de convênios celebrados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia, para repasses de recursos oriundos de financiamentos obtidos pelo Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, sendo posteriormente reembolsado pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Atualmente existe apenas um contrato vigente, com vencimento em agosto de 2021. Nessas operações foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE).

As operações relacionadas às obrigações junto ao Governo do Estado do Ceará foram liquidadas em 06 de março de 2020 de forma antecipada após verificar que o desconto obtido com a quitação antecipada da parcela era superior à estimativa dos rendimentos obtidos nas aplicações mantidas junto a Fundos de Investimentos de Longo Prazo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

(iii) Banco Santander

Em 2017 foram aprovadas 6 (seis) operações FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) junto ao BNDES, tendo como operador o Banco Santander, antes da substituição da TJLP pela TLP. O valor total das operações é de R\$ 6,5 milhões sendo 50% contrapartida da Companhia. Todas as operações possuem características similares: Prazo total de 60 meses, sendo 6 de carência e 54 de amortização, saldo devedor corrigido pela TJLP + 5,10% a.a. já incluído nesse percentual a remuneração do agente, pagamento de encargos no período de carência (trimestral). Já ocorreram todas as liberações relacionadas as operações aprovadas, estando já em fase de amortização.

(iv) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Contrato nº 10.2.2006.1 destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$ 155,62 milhões. Este financiamento foi quitado a última parcela em janeiro de 2021.

O Contrato nº 12.2.0618.1 destina-se à ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra de Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no valor total de R\$ 28,38 milhões.

Os encargos financeiros incidem sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 10.2.2006.1 e 2,71% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o Contrato nº 12.2.0618.1. O principal da dívida do contrato nº 10.2.2006.1 deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação e a última foi sendo em 15 de janeiro de 2021. Com relação ao contrato nº 12.2.0618.1, o principal da dívida deverá ser pago em 108 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de setembro de 2015 e a última prestação vencendo em 15 de agosto de 2024.

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, deverá manter os seguintes índices econômicos financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Contrato	Índice	Meta	Apuração
BNDES	EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
	Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,00	Trimestral
	Outras Dívidas Onerosas/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,00	Trimestral

- **EBITDA Ajustado:** é igual ao Resultado Operacional antes das despesas (receitas) financeiras, impostos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro), acrescido da depreciação e amortização e subtraído dos ajustes de IFRS;
- **Serviço da Dívida:** é igual ao somatório das amortizações de principal com os pagamentos de juros;
- **Dívida Líquida Ajustada:** é igual ao somatório do saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures excluído o saldo de caixa e equivalentes de caixa;
- **Outras Dívidas Onerosas:** referem-se ao parcelamento de dívidas tributárias

Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES. Todas as obrigações contratuais vêm sendo cumpridas não havendo, portanto, necessidade de constituição de garantias adicionais.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

(v) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR - II, que têm por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais, com vencimentos nos meses de abril e outubro.

(vi) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

São recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinados à ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário.

O primeiro contrato foi assinado em 29 de junho 2018. E é referente aos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Pacoti. O valor do financiamento é de R\$ 164,7 milhões. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPC-A, de Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. A Juros Básicos Fixos - (JBF) constante no contrato é de 2,0766% a.a. Também são cobrados encargos financeiros equivalentes incidentes sobre recursos do FNE de 0,17% a.m. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram em setembro/2019. Em fevereiro de 2020 houve o pagamento da segunda parcela de juros do referido contrato.

O segundo foi assinado em 27 de agosto de 2020 e refere-se aos municípios do Eusébio, Fortaleza, Itapipoca e Juazeiro do Norte, além de objetivar também a construção da sede da unidade de negócio de Ibiapina, modernização da gestão dos prestadores de serviço, apoio institucional ao desenvolvimento de projeto no setor de saneamento básico e modernização e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário. O valor total do financiamento é de R\$ 219,6 milhões. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPC-A, de Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. A Juros Básicos Fixos - (JBF), considera-se o fator de localização (FL). Sobre o valor de R\$ 55,7 milhões incidirá o FL 0,9 (nove décimos) e JBF à taxa de 0,7928% a.a. e sobre o valor de R\$ 163,9 milhões, incidirá FL 1,1 (um inteiro e um décimo) e JBF à taxa de 0,969% a.a. O primeiro desembolso relativo ao referido contrato tem previsão de início em agosto de 2021.

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos iniciais	420.161	378.294
Novas liberações	9.840	46.853
Amortizações (principal e juros)	(10.779)	(91.290)
Juros e variações monetárias	7.209	24.284
Transferências intangível - Juros capitalizados	154	1.606
Variação cambial	23.108	60.414
Saldos finais	<u>449.693</u>	<u>420.161</u>

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Entre 1 e 2 anos	57.522	56.459
Entre 2 e 3 anos	49.158	45.304
Entre 3 e 4 anos	46.559	43.820
Entre 4 e 5 anos	44.702	40.852
Entre 5 e 6 anos	44.702	40.852
Entre 6 e 7 anos	44.702	40.852
Entre 7 e 8 anos	44.621	40.823
Entre 8 e 9 anos	44.154	40.559
Entre 9 e 10 anos	6.381	6.390
Acima de 10 anos	6.501	8.003
	<u>389.002</u>	<u>363.914</u>

21. Obrigações sociais

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários, férias e 13º salários	18.697	27.242
INSS sobre Salários, férias e 13º salários	8.944	8.671
FGTS sobre Salários, férias e 13º salários	2.371	2.719
Benefícios concedidos	1.434	1.494
Consignações e empréstimos	1.547	1.680
Outras obrigações	407	407
	<u>33.400</u>	<u>42.213</u>

22. Incentivo à aposentadoria - PRSP**22.1. Composição**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Incentivo à aposentadoria - PRSP	74.658	79.716
Ajuste a valor presente	(14.079)	(15.716)
	<u>60.579</u>	<u>64.000</u>
Circulante	17.785	18.788
Não circulante	42.794	45.212

22.2. Movimentação

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos iniciais	64.000	90.483
Pagamentos	(4.605)	(32.912)
Despesa financeira	1.653	7.904
Incrementos	-	-
Reversões	(475)	(780)
Ajuste a valor presente (a)	6	(695)
	<u>60.579</u>	<u>64.000</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

22.3. Cronograma de realização

	31/03/2021	31/12/2020
1 ano	17.785	18.788
Entre 1 e 2 anos	30.700	30.130
Entre 2 e 5 anos	12.094	15.047
Mais de 5 anos	-	35
	60.579	64.000

a) PRSP

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD - 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentadoria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, em que após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindir o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante auto patrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de seis anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 11,04%, correspondente à taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia na data das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014 a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD - 041 a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

b) PRSP II

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da Norma Interna SAD - 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30 de abril de 2014; atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto à idade e tempo de contribuição necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar - Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas - GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30 de abril de 2014; (ii) desligar-se da CAGECE, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30 de maio de 2014; (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de aposentadoria pelo INSS; e (iv) assumirem obrigatoriamente a condição de participante auto patrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (6) anos; (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS dividido por 0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido o benefício aos dependentes legais deste; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermagem), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a CAGECE na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 11,04%, correspondente à taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital*/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

c) PRSP III

Em 28 de março de 2017, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP III) através da resolução N° 011/17/DPR. Posteriormente alterada pela resolução N° 016/17/DPR, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderirem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários, na forma estabelecida neste Regulamento.

O presente plano se destina aos empregados do quadro próprio que atendam as condições expressas neste Regulamento, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 31 de dezembro de 2018; atender os requisitos legais para a obtenção do benefício de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, contados, pelo menos, dez anos de tempo de serviço na Cagece; ter ingressado e se mantido como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar (Cageprev). E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: ter sido submetido a processo administrativo-disciplinar que tenha resultado na rescisão do contrato de trabalho; ter sido condenado por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do emprego.

O prazo para adesão se iniciou na data da publicação deste Regulamento e se encerrou ao final do expediente do dia 17 de maio de 2017.

A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP III; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As datas de rescisão de cada empregado optante ao Plano serão estabelecidas e divulgadas pela Cagece, oportunamente após o fim do prazo para adesão.

O PRSP III concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses; (ii) pagamento de 16 (dezesseis) salários na rescisão contratual para o PRSP III, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 36 (trinta e seis) meses iniciais do plano; (v)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP III, repassado para a Cageprev; (vii) Na ocorrência de falecimento do optante antes da rescisão contratual ficam garantidos os direitos aos herdeiros, conforme definidos no Código Civil, cabendo àqueles apresentar no prazo de 2 (dois) meses o processo de inventário.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos sete anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 11.04%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações financeiras.

23. Tributos a Recolher

	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de renda - reinvestimento	2.969	2.739
REFIS IV (a)	7.760	9.431
COFINS	6.798	6.166
Previdência social	2.081	2.885
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	2.541	14.643
Parcelamento Tributos Federais (c)	13.272	13.824
PIS	1.467	1.313
ISS	1.702	2.043
IRRF sobre a folha de pagamento	1.999	3.171
Outros	3.669	4.162
	44.258	60.377
Circulante	29.247	43.572
Não circulante	15.011	16.805

São registrados neste grupamento todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços, administrativos e de pessoal, tais como o Imposto de Renda, as Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, Contribuições Previdenciárias - INSS, Impostos municipais, Impostos estaduais e valores referentes ao Incentivo Fiscal para reinvestimento.

- (a) A consolidação do Refis IV ocorreu em 25 de agosto de 2009 (Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009). Os débitos foram parcelados em até 180 (cento e oitenta) prestações mensais, com redução de 60% (sessenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 20% (vinte por cento) das isoladas, de 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal. Seguem dados adicionais sobre os refinanciamentos:

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 1136 - ART. 1º Débitos Previdenciários PGFN	158	40	07/2024
Código 1194 - Art.1º Demais Débitos PGFN	158	40	07/2024
Código 1233 - Art.1º Débitos Previdenciários RFB	158	40	07/2024
Código 1279 - Art.1º Demais Débitos RFB	158	12	03/2022
Código 1285 - Art.3º Demais Débitos RFB	132	14	05/2022

- (b) Em 2021 ocorreu mudança de regime na apuração de variação cambial, que anteriormente utilizava-se regime de caixa e passou a ser utilizado regime de competência.
- (c) Parcelamento convencional no âmbito da PGFN, consolidação do 0002 - Parcelamento Simplificado - Pessoa Jurídica, de que trata o art. 14-C da Lei 10.522, de 2002. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 1734 - Parcelamento convencional dívida não previdenciária	60	17	08/2022
Código 1734 - Parcelamento convencional dívida não previdenciária	60	20	11/2022

Parte do valor refere-se ao parcelamento convencional no âmbito da Receita Federal, referente ao Processo nº 11234.7200001/2020-07 de multas regulamentares diversas. A ciência ocorreu em 02 de setembro de 2020. Em 29 de setembro de 2020 foi registrada uma solicitação de juntada de requerimento solicitando o desmembramento da parte referente à multa por descumprimento de obrigação acessória. Foi concedida redução das multas passíveis de redução, no seguinte percentual, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.218/91, com a redação dada pelo artigo 28 da Lei nº 11.941/09: II - 40% (quarenta por cento), se for requerido o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência deste auto de infração. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 2203 - Multas Regulamentares Diversas	60	55	09/2025

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

24. Obrigações com tarifa de contingência

Refere-se aos recursos recebidos provenientes da tarifa de contingência no qual ainda não foram aplicados nos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas de água. Abaixo segue a movimentação do saldo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	175.446	182.341
(+) Recursos faturados decorrente tarifa de contingência	40.372	121.871
(-) Isenção Lei nº 17.196/2020 (a)	-	(64.550)
(-) Isenção Lei nº 17.412/2021 (a)	(9.188)	-
(-) Isenção Lei 17.408/2021 - Rec. a faturar - Isenções (a)	(90)	-
(-) Isenção Lei 17.408/2021 - Quitações e Devoluções (a)	(1.891)	-
(-) Pis e Cofins sobre tarifa de contingência	-	(6.906)
(-) Ressarcimento de despesas	(9.343)	(34.266)
(+) Rendimento das aplicações financeiras	716	4.134
(-) Despesas financeiras	-	(129)
(-) Provisão da perda oriunda da tarifa de contingência	(2.568)	(9.637)
(-) Investimentos	(4.786)	(27.561)
(+) Estorno IR/CS Pagos (b)	-	10.149
Saldo final	<u>188.668</u>	<u>175.446</u>

- (a) Utilização dos recursos provenientes da tarifa de contingência para compensação à Companhia em face da isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores que se enquadrem no padrão básico, observado o limite de consumo de 10 (dez) m³/mês, conforme previsto nas Lei 17.196/2020, 17.408/2021 e 17.412/2021, que representam algumas medidas tomadas pelo Governo do Estado no combate à pandemia de COVID-19, já explanadas nas notas explicativas 1.
- (b) Conforme nota explicativa 09, a Companhia não adotava a prática de exclusão dos valores correspondentes à "Tarifa de Contingência" das bases de aferição do Lucro Real e da Base de cálculo da CSLL, realizando, portanto, pagamentos desses impostos e, como consequência, reduzindo a obrigação com Tarifa de Contingência. Porém, com a revisão dessas bases, ocorreu o reconhecimento de impostos a recuperar, o estorno de tributos diferidos e a reconstituição da parte equivalente a Obrigação.

25. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

Saldos a distribuir por acionista

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Governo do Estado do Ceará	20.368	20.368
Prefeitura Municipal de Fortaleza	2.700	2.700
Demais acionistas minoritários	65	65
	<u>23.133</u>	<u>23.133</u>

Os saldos representam os dividendos mínimos de 2020, cujo pagamento está aprovado para ocorrer até 31 de dezembro de 2021. Segue movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	23.133	6.850
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	-	(6.787)
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio	-	33.100
Pagamento de dividendos	-	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio a título de dividendos	-	(10.030)
Integralização ao capital social	-	-
Saldo final	<u>23.133</u>	<u>23.133</u>

26. Provisão para contingências

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Causas cíveis	45.525	41.322
Depósito judicial vinculado - cíveis	(176)	(176)
Causas trabalhistas	21.404	20.694
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(2.487)	(2.487)
Causas tributárias	1.355	1.341
Depósito judicial vinculado - tributárias	(138)	(138)
	<u>65.483</u>	<u>60.556</u>

A movimentação da provisão no ano está demonstrada a seguir

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019	30.847	14.097	1.664	46.608
Adições	13.539	6.465	(359)	19.645
Juros	6.423	4.862	36	11.321
Reversão	(9.224)	(6.539)	-	(15.763)
Pagamentos	(342)	(369)	-	(711)
Compensação com depósitos judiciais	(97)	(309)	(138)	(544)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	<u>41.146</u>	<u>18.207</u>	<u>1.203</u>	<u>60.556</u>
Adições	4.291	5.258	-	9.549
Juros	458	2.146	14	2.618
Reversão	(500)	(6.672)	-	(7.172)
Pagamentos	(46)	(22)	-	(68)
Saldos finais em 31 de março de 2021	<u>45.349</u>	<u>18.917</u>	<u>1.217</u>	<u>65.483</u>

O montante de R\$ 65.483 decorre, principalmente, de: a) cíveis - ações judiciais cobrando, indenização por danos morais e materiais, danos ambientais e realinhamento contratual; b) trabalhistas - ações de enquadramento no Plano de Cargos e Remunerações (PCR), diferença salarial e verbas rescisórias; e c) tributárias - ação interposta pela Cagece para cobrança de valores referentes à Contribuição PASEP 05/2003 a 11/2003 e PIS do período de 02/2002 a 06/2002, devidamente pagos à Caixa Econômica Federal com cheques

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

nominais. Na ação é requerida a suspensão da exigibilidade dos créditos para que sejam expedidas certidões negativas e anulados os créditos tributários

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis, trabalhistas e tributárias, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda “provável”.

Contingências possíveis

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Diretoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R\$ 391.489 em 31 março de 2021 (R\$ 382.051 em 31 de dezembro de 2020).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas informações trimestrais. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	31/03/2021
0122794-17.2019.8.06.0001 (i)	Judicial	Cível	319.000
0010307-46.2012.8.06.0035/0 (ii)	Judicial	Cível	15.000
MPF 03.1.01.00-2018-00256-7 (iii)	Judicial	Tributário	9.438
0000387-54.2006.8.06.0101/0 (iv)	Judicial	Tributário	2.770
0000129-57.2020.5.07.0010 (v)	Judicial	Trabalhista	2.206
0002751-64.2019.8.06.0126 (vi)	Judicial	Cível	2.000
0832790-71.2014.8.06.0001/0 (vii)	Judicial	Cível	1.927
0201204-31.2015.8.06.0001/0 (viii)	Judicial	Cível	1.750
0001689-93.2014.8.06.0148/0 (ix)	Judicial	Tributário	1.274
0500372-61.2011.8.06.0001/0 (x)	Judicial	Cível	1.139
Outros	-	-	34.985
			391.489

- (i) Ação ajuizada pela OAB contra a CAGECE, ARCE E ACFOR, requerendo a anulação do aumento tarifário autorizado pela ARCE de 15,86%, em vigor desde 24 de março de 2019. Segundo a autora, esse aumento não respeitou as condições e os procedimentos estabelecidos nas normas de regência. Em decisão de primeiro grau, houve julgamento parcialmente favorável da demanda da OAB - Ceará para determinar que o reajuste fosse de 4,31%, além de garantir aos consumidores a repetição do valor pago a maior, devendo incidir juros e atualização monetária sobre o valor devolvido. Conforme estudo realizado pela área técnica da Companhia, o valor estimado de perda, caso essa sentença venha a ser mantida, é de R\$ 319.000. Irresignados com a sentença, os promovidos e a parte promotora apresentaram recursos de apelação cível. Nas fundamentações recursais, a Companhia suscitou questões essencialmente processuais que macularam o processo em questão, além de ter defendido a legalidade do aumento tarifário praticado, como forma de prestígio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e, conseqüentemente, o interesse público como razão maior para possibilitar a revisão tarifária realizada. A 1ª Câmara Direito Público, ao apreciar os recursos interpostos, em 15 de fevereiro de 2021, por unanimidade, deu provimento apenas aos recursos da CAGECE,

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

da ARCE e da ACFOR, reformando integralmente a sentença ora combatida, entendendo que revisão tarifária foi fundamentado na lógica econômica e jurídica dos contratos de concessão e na legislação aplicável à espécie, não devendo o Poder Judiciário se imiscuir em atos administrativos discricionários e atos de governo fulcrados em pesquisas técnicas levadas a cabo por equipes detentoras de especialização técnica na área em questão, deve-se privilegiar o entendimento por elas sufragado;

- (ii) Ação cível de desapropriação indireta e indenização por danos;
- (iii) Ação tributária relativa à cobrança de PIS e COFINS, sob a alegação de que a Autuada supostamente teria apurado créditos indevidos referentes a tais contribuições sobre os custos e despesas com serviços terceirizados, de vigilância ligada ao sistema, de manutenção de imóveis e de locação de veículos.
- (iv) Ação tributária relativa à cobrança de ISS pela Prefeitura de Itapipoca;
- (v) Ação trabalhista de assédio moral e reparação patrimonial;
- (vi) Ação civil pública ambiental relativa à ampliação da rede de esgoto ;
- (vii) Ação de cobrança movida pela Allsan contra a Cagece, referente a serviços técnicos especializados de leitura de medidores com faturamento imediato, cujo objeto diz respeito às medições referentes ao período de julho a novembro de 2012, bem como os reajustes;
- (viii) Ação cível de desapropriação indireta e indenização por posse;
- (ix) Ação de execução fiscal; cobrança de dívida ativa de Impostos não recolhidos do INSS;
- (x) Ação de indenização ao proprietário de terreno por danos de desvalorização. O terreno foi adquirido, inicialmente, para ser construído uma estação de tratamento de esgoto, entretanto o terreno está sendo utilizado como poço, sem qualquer tratamento de esgoto;

Contingência remota relevante

A Companhia sofreu autuação e imposição de multa para exigir IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2014, em razão de três temas a seguir:

- Utilização de taxas de depreciação incorretas;
- Ganhos decorrentes da avaliação de Ativos a Valor Justo (AVJ);
- Postergação no pagamento dos tributos.

O valor total da autuação de IRPJ foi de R\$ 602.044 e da autuação de CSLL foi de R\$ 216.736, considerando principal, juros e multa de ofício. Logo, o valor total do lançamento de ofício em julho de 2019 foi de R\$ 818.780.

Os valores atualizados para 31 de março de 2021, considerando principal, juros e multa de ofício são de: IRPJ R\$ 630.495 e CSLL R\$ 226.979. Logo o valor total do processo suspenso em julgamento, em março de 2021 é de R\$ 857.474.

Esse auto de infração da Secretaria da Receita Federal (SRF) considerou como infração a ocorrência de Ajustes a Valor Justo (AVJ), considerados como tributáveis, sendo que, no entanto, foram ajustes de avaliação pelo custo atribuído (deemed cost), nos termos das normas contábeis aplicáveis. Isso, por si só, já demonstra a improcedência dos autos de infração, eis que, nos termos do art. 142 do CTN, o lançamento consiste no procedimento tendente à verificação do fato gerador e determinação da matéria tributável. O erro na consideração do fato tido por tributável claramente implica a improcedência da autuação

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Conforme se depreende dos argumentos de defesa da CAGECE, o auto de infração em questão não deve prosperar quando submetido ao julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, especialmente se considerada também a hipótese de julgamento na esfera judicial.

Nesse sentido, o risco de perda do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10380-725.747/2019-19 é considerado remoto pela Administração da Companhia.

27. Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego e de longo prazo. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de assistência à saúde sob responsabilidade da CAGECE.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

	31/03/2021	31/12/2020
Plano de assistência médica	167.969	164.774
	167.969	164.774

Benefícios pós-emprego:

A CAGECE é patrocinadora de planos de aposentadoria e assistência médica. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho mantidas com a CAGECE.

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAGECE, sua administração é realizada pela Cageprev, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, instituída em 2004 pela patrocinadora.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Quanto ao plano de assistência médica, este foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

- **Tipo de contratação:** coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);
- **Contribuição:** da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

- **Valor da contribuição:** fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- **Modalidade:** ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, sem odontológico;
- **Acomodação:** apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

Plano de assistência médica

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos beneficiários ativos e aposentados (bem como seus respectivos dependentes e agregados). Referida contribuição é reajustada anualmente, em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente - em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

O valor da contribuição mensal (prêmio) pago pela CAGECE tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o valor pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o valor do salário-mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela CAGECE é permitido aos ex-empregados, aposentados desligados da patrocinadora, continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente - conforme ditames da Lei 9.656/98.

Frente à severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados, por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela CAGECE em favor de seus empregados (ativos), por serem calculadas como sendo um custo médio no qual o aumento na sinistralidade, decorrente dos aposentados, ocasionará, como consequência, elevação das contribuições de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes, após o desligamento da CAGECE, caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a mensalidade paga pela CAGECE para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), onde o compromisso da CAGECE corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médico médio - observada toda a massa com tal perfil.

Para tanto foram consideradas na avaliação atuarial as seguintes informações:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>
Ativos	
Número	1.178
Idade Média	47
Dependente de Ativos	
Número	2.748
Idade Média	40
Assistidos	
Número	190
Idade Média	66
Dependentes dos Assistidos	
Número	286
Idade Média	49
Assistidos - PRSP e PPA	
Número	263
Idade Média	70
Dependentes dos Assistidos- PRSP e PPA	
Número	208
Idade Média	59

Em função do Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) - em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos - foram garantidos àqueles que aderissem à época, dentre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado.

Durante este prazo, fica mantida a participação da CAGECE, como se empregado fosse, inclusive aos seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência médica é garantido desde integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAGECE.

Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAGECE, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em suas informações contábeis intermediárias, para o plano assistencial - como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial (aplicável ao plano de assistência médica).

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAGECE.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no plano de assistência médica, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano.

O Aging Factor adotado para 2020 foi de 2,50%, com base na experiência de mercado da consultoria.

Biométricas e Demográficas	31/12/2020
Tábua de mortalidade geral	AT- 2000, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Muller (Suavizada em 85%)
Tábua de mortalidade de inválidos	Álvaro Vindas
Rotatividade	-
Composição familiar	Família Real
Entrada em aposentadoria	Homens: 63 anos; Mulheres: 61 anos
Take-up	73,00%
Econômicas e Financeiras	31/12/2020
Taxa nominal de desconto atuarial	7,45%
Inflação de Longo Prazo	3,50%
Taxa de Crescimentos dos Custos Médicos	3,50% decrescendo 0,25% em 11 anos
Aging Factor ("Fator de envelhecimento")	2,50%
Taxa de reajuste de benefícios do plano	Não aplicável
Fator de Capacidade	Não aplicável

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)****Conciliação do saldo do valor presente da obrigação atuarial do plano**

Conforme pode ser observado a seguir, inexistem ativos financeiros para a cobertura do passivo originado pelo plano de assistência médica:

	Valor presente das obrigações atuariais
1. Valor no início do exercício	194.035
2. Custo do serviço corrente	7.125
3. Custo dos juros	18.265
4. Rendimento esperado dos ativos (maior)/menor que a taxa de retorno	-
5. Ganhos ou perdas atuariais	(47.586)
6. Mudança de hipóteses	(1.135)
7. Contribuições pagas pela empresa	-
8. Contribuições pagas pelos empregados	-
9. Benefícios pagos pelo plano	-
10. Benefícios pagos diretamente pela empresa	(4.020)
11. Custo de administração	-
12. Impostos	-
13. Custo de serviço passado - alteração do plano	-
14. Custo de serviço passado - redução do plano	-
15. Eliminação antecipada de obrigações	-
16. Aquisição	-
17. Alienação	-
18. Benefícios de desligamento	-
19. Outras despesas	-
20. Mudança no superávit	-
21. Valor no final do exercício	166.684

Ainda, já se encontra contabilizado no passivo da CAGECE, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora - sob tempo determinado - em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e PPA. Os valores contabilizados, são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 31 de março de 2021:

Valor presente da obrigação atuarial	166.684
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	(1.910)
Benefício definido estimado	4.118
Contribuição de funcionários aposentados	(923)
Valor presente da obrigação atuarial	167.969

Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Perfil de Vencimento da Obrigação de Benefício Definido	31/12/2020
1. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2021	15.848
2. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2022	16.938
3. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2023	17.952
4. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2024	17.164
5. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2025 ou posterior	98.781

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o ano

Custo de Benefício Definido estimado para o próximo exercício	31/12/2021
1. Custo do Serviço Corrente	4.685
2. Custo de Serviço Passado - Alterações do Plano	-
3. Custo de Serviço Passado - Reduções Antecipadas	-
4. (Ganhos)/Perdas de liquidações antecipadas	-
5. Custo do Serviço	4.685
6. Juros líquidos sobre (Ativo)/Passivo líquido	11.785
7. Custo de Benefício Definido reconhecido no resultado	11.785
8. Custos de Administração incorridos no período	-
9. Custo de Terminação de Benefícios	-
10. Outros Ajustes	-
11. Custo reconhecido no resultado	16.470

Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

Análise de Sensibilidade			
Taxa de juros -0,25p.p.	159.456	12.053	171.509
Taxa de juros +0,25p.p.	150.128	11.940	162.068
Mortalidade -10%	147.726	11.914	159.640
Mortalidade +10%	154.214	11.983	166.197

28. Imposto de Renda e contribuição Social diferidos

A Companhia registra contabilmente os efeitos fiscais de suas transações e outros eventos através do reconhecimento das diferenças temporárias, ativas ou passivas e dos ativos ou passivos fiscais diferidos quando da apresentação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nas informações contábeis intermediárias e na divulgação de informações sobre tais impostos.

As diferenças que impactam ou podem impactar na apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial são registradas como diferenças temporárias, já os ativos ou passivos fiscais diferidos são registrados como valores a recuperar ou a pagar em períodos futuros.

O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos apresentam a seguinte natureza:

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	31/03/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões para contingências	17.382	6.258	23.640	16.167	5.820	21.987
Provisões para perdas estoques	333	120	453	333	120	443
Tarifa de contingência	-	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.448	5.201	19.649	13.713	4.937	18.650
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	41.992	15.117	57.109	41.193	14.830	56.023
Total diferido ativo	74.155	26.696	100.851	71.406	25.707	97.113
Diferenças temporárias						
Variação cambial - exclusão regime de caixa	-	-	-	15.045	5.415	20.460
Ajuste de avaliação patrimonial	(162.747)	(58.589)	(221.336)	(165.205)	(59.474)	(224.679)
Total diferido passivo	(162.747)	(58.589)	(221.336)	(150.160)	(54.059)	(204.219)
Total de imposto diferido líquido	(88.592)	(31.893)	(120.485)	(78.754)	(28.352)	(107.106)

29. Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente, de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias****Período findo em 31 de março de 2021 e 2020****(Valores expressos em milhares de Reais)**

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada para 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma (quantidade de ações):

	31/03/2021			31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado do Ceará	162.158.299	38.708	162.197.007	162.158.299	38.708	162.197.007
Município de Fortaleza	21.340.376	-	21.340.376	21.340.376	-	21.340.376
Outros	287	18.169	18.456	287	18.169	18.456
	183.498.962	56.877	183.555.839	183.498.962	56.877	183.555.839

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,37% do capital social votante da Companhia (2020: 88,37%).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

30. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de “Reserva de lucros” corresponde às reservas legal, estatutária, incentivos fiscais e de retenção de lucros, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, conforme descritas a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária poderá ser constituída anualmente, por proposta da Administração, a qual deverá ser deliberada pela Assembleia Geral por meio de orçamento de capital, que terá a faculdade de destinar até 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva estatutária tem por fim a implantação de inovações e melhorias operacionais em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluído pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0086/2017, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de modernização de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 528.001.800 m³/ano, correspondente a 100% da capacidade do empreendimento modernizado, a partir do ano-calendário de 2017, por um prazo de 10 anos, com término no ano-calendário de 2026.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

(d) Reserva de retenção de lucros

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de retenção de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito conforme estabelece o art. 199 da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

31. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial:

	Saldo 31/12/2019	Realização	Saldo 31/12/2020	Realização	Saldo 31/03/2021
Ativo não circulante					
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	700.043	(39.224)	660.819	(9.834)	650.985
Passivo não circulante					
Impostos diferidos	(238.015)	13.336	(224.679)	3.343	(221.336)
Patrimônio líquido					
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>462.028</u>	<u>(25.888)</u>	<u>436.140</u>	<u>(6.491)</u>	<u>429.649</u>

32. Informações por segmento

A Administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional, apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamento sanitário em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto, os custos correspondentes não podem ser segregados em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado);

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta - água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados à prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo setor financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Lucro antes do imposto	47.174	(3.629)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	16.039	(1.234)
Diferenças temporárias de variação cambial	(17.581)	20.368
Despesas indedutíveis	3.605	3.035
Realização do custo atribuído	3.343	3.497
Outras despesas não dedutíveis	322	220
Tarifa de contingência	-	4.781
Reversão de provisões indedutíveis	4.206	2.293
Benefícios Fiscais	(40)	(655)
Outros itens	6	27
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.900	32.332
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	(3.825)	(8.961)
	6.075	23.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.379	(34.525)
Encargo fiscal	(19.454)	(11.154)
Alíquota efetiva	41,24%	307,35%

A alíquota de imposto média em 31 de março de 2021 é de 41,24% (307,35% em 31 de março de 2020).

34. Partes relacionadas

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Governo do Estado do Ceará (a)	8.097	5.058
Prefeitura Municipal de Fortaleza (b)	1.270	1.243
Contas a receber	9.367	6.301
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH (c)	12.996	13.160
Fundação Cagece de Previdência Complementar - CAGEPREV (d)	1.045	1.583
Contas a pagar	14.041	14.743
Governo do Estado do Ceará (a)	20.368	20.368
Prefeitura Municipal de Fortaleza (b)	2.700	2.700
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	23.068	23.068

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Quitação de obrigações junto à Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará em 06 de março de 2020 (Nota nº 19 - ii);
- Aporte de 69% do orçamento total de R\$ 327.345 do projeto Sanear II, que representa um montante de R\$ 225.868. O projeto Sanear II tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará;
- Juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2020, para pagamento em 2021, de R\$ 20.368;
- No primeiro trimestre de 2021 foi faturado um total de R\$ 8.834 (R\$ 10.061 no primeiro trimestre de 2020) para o Governo do Estado do Ceará e órgãos a ele vinculados, desses, o montante de R\$ 8.097 estava a receber em 31 de março de 2021 (R\$ 5.058 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos;
- Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato;
- Em 04 de novembro de 2019 foi assinado o contrato de programa do município de Fortaleza que tem como data de vencimento 03 de novembro de 2054;
- Não houve ônus na renovação da concessão;
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no primeiro trimestre de 2021, correspondeu a R\$ 3.279 (R\$ 3.277 no mesmo período de 2019);
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais;
- Juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2020, para

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

- pagamento em 2021, de R\$ 2.700;
- No primeiro trimestre de 2021 foi faturado um total de R\$ 3.645 (R\$ 4.810 no primeiro trimestre de 2020) para a Prefeitura Municipal de Fortaleza e órgãos vinculados, desses o montante de R\$ 1.270 estava a receber em 31 de março de 2021 (R\$ 1.243 em 31 de dezembro de 2020).

(c) COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

- A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH é o único fornecedor de água bruta da Cagece e torna-se parte relacionada por também pertencer ao Governo do Estado do Ceará.
- Durante o primeiro trimestre de 2021 o custo total com a aquisição de água bruta junto a COGERH foi de R\$ 18.133 (17.866 no primeiro trimestre de 2020) e o saldo a pagar para o fornecedor, em 31 de março de 2021 era de R\$ 12.996 (R\$ 13.160 em 31 de dezembro de 2020).

(d) CAGEPREV - Fundação Cagece de Previdência Complementar

- Pagamento de contribuição para previdência complementar no montante de R\$ 789, havendo R\$ 400 a pagar em 31 de março de 2021;
- Repasse de contribuição de empregados para previdência complementar no montante de R\$ 894, havendo R\$ 454 a repassar em 31 de março de 2021;
- Pagamento de previdência complementar para empregados aposentados no montante de R\$ 391, havendo R\$ 191 a pagar em 31 de março de 2021;
- Repasse de empréstimos consignados tomados pelos empregados junto à Cageprev e descontados em folha de pagamento de R\$ 795, não havendo saldo a repassar em 31 de março de 2021.

35. Honorários da Administração

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, em 31 de março de 2021, totalizou em R\$ 1.161 (R\$ 1.131 em 31 de março de 2020), conforme detalhado abaixo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Remuneração Diretoria - Salários	273	227
Remuneração Diretoria - Gratificações	319	362
Remuneração Diretoria - Benefícios (auxílios para educação, saúde e alimentação)	147	116
Remuneração Diretoria - Participações nos lucros	202	206
Remuneração Conselho de Administração	105	105
Remuneração Conselho Fiscal	70	70
Remuneração Comitê de Auditoria	45	45
Total do exercício	<u>1.161</u>	<u>1.131</u>

Os respectivos valores foram registrados na Rubrica “Despesas administrativas” na demonstração de resultado”.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia não concede a seus Administradores e Conselheiros outros benefícios de longo prazo como benefício de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Logo, os benefícios concedidos limitam-se aos divulgados acima.

36. Instrumentos financeiros

A Companhia procedeu à avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas x as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Ativos financeiros - contratos de concessão	74.458	74.458	72.055	72.055
Contas a receber de clientes	354.794	354.794	342.677	342.677
Caixa e equivalentes de caixa	3.648	3.648	109	109
Aplicações financeiras	256.390	256.390	218.132	218.132
Depósitos vinculados a convênios	105.271	105.271	105.660	105.660
Passivos financeiros				
Incentivo à aposentadoria - PRSP	60.579	60.579	64.000	64.000
Empréstimos e financiamentos	449.693	445.454	420.161	424.445
Fornecedores	153.869	153.869	144.133	144.133
Obrigações com clientes	3.073	3.073	3.086	3.086
Arrendamento mercantil	18.340	18.340	21.975	21.975

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Instituições financeiras	Taxa contratual	Período médio de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6% a 8% + taxa adm de 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + atualização monetária FGTS (TR)	101	9%
Santander	Operação Finame: TJLP 2,10% +3% (remuneração do agente)	18	12,67%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	I) Juros de 1,81% a.a. +TJLP; II) Juros de 2,71% a.a. +TJLP	41	10,47%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	I) Juros de 3,69% a.a. +0,80% (spread BID); II) Juros de 1,88% a. a (libor)+0,80% a (spread BID) +0,84% financiamento de margem Mecanismo Unimonetário convertido via Libor	108	3,86%
Banco do Nordeste	IPCA +2,0766% + CDR	96	6,86%

37. Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

A Cageprev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização) e definida. Em linha com a modalidade definida, a Companhia faz contribuições à Cageprev de forma obrigatória e contratual. Portanto, a Companhia não possui qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Em 31 de março de 2021, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R\$ 1.189 (R\$ 1.027 em 31 de março de 2020). A Cageprev encerrou em 31 de março de 2021 com 1.398 participantes (1.400 em 31 de dezembro de 2020), sendo 1.256 ativos (1.277 em 31 de dezembro de 2020) e 142 assistidos (123 em 31 de dezembro de 2020) e apresentando um patrimônio da ordem de R\$ 258.704 (R\$ 258.046 em 31 de dezembro de 2020).

Para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, as reservas técnicas

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

são calculadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela CAGEPREV, a qual emitiu parecer datado de 25 de fevereiro de 2021, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da CAGEPREV.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	<u>31/03/2021</u>
Taxa real anual de juros	5,25% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83

38. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação do período é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	27.711	7.522
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	9	3
	<u>27.720</u>	<u>7.525</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	183.499	186.173
Média ponderada de número de ações preferenciais	57	57
	<u>183.556</u>	<u>186.230</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	0,1510	0,0404
Ação preferencial	0,1661	0,0444

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)****39. Receitas de serviços**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita de serviços de abastecimento de água	302.536	276.151
Receita de serviços de esgotamento sanitário	125.256	115.468
Receita de construção	27.232	21.462
	<u>455.024</u>	<u>413.081</u>
Impostos sobre vendas	(40.807)	(35.650)
Receita líquida	<u>414.217</u>	<u>377.431</u>

As áreas de atuação da Companhia encontram-se localizadas dentro do estado do Ceará.

40. Custos dos serviços prestados

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Insumos (a)	(57.118)	(58.354)
Serviços (b)	(59.719)	(49.474)
Depreciação e amortização (c)	(32.851)	(28.054)
Pessoal (d)	(27.613)	(30.071)
Materiais	(6.531)	(5.877)
Custos gerais	(6.956)	(5.223)
Concessão	(3.248)	(3.276)
Custos operacionais líquidos	<u>(194.036)</u>	<u>(180.329)</u>
Custos de construção	(27.232)	(21.462)
	<u>(221.268)</u>	<u>(201.791)</u>

- (a) A redução na rubrica de insumos deve-se principalmente dos seguintes aspectos: i) redução de R\$ 1.844 nos gastos de energia elétrica principalmente pela entrada das ETAs Gavião e Oeste no Mercado Livre de Energia; ii) redução de R\$ 1.152 nos serviços de tratamento de água, pois a partir de outubro de 2020 alguns desses serviços passaram a ser pagos com recursos da Tarifa de Contingência; iii) aumento dos gastos com água bruta, que apresentaram uma elevação de R\$ 1.760, justificada pelo incremento do volume faturado de água bem como pelo incremento aumento no número de ligações ativas de água.
- (b) Os custos com serviços aumentaram principalmente pelos seguintes fatores: i) incremento nos serviços prestados por terceiros em R\$ 3.334 milhões, devido ao reajuste salarial previsto na convenção coletiva e ao aumento de colaboradores; ii) aumento de R\$ 3.005 nos serviços com operação e manutenção do sistema, dado que no 1T20 alguns contratos para estes serviços estavam sem saldo e só tiveram a sua prorrogação iniciada na metade de março de 2020, fazendo com que os gastos do 1T20 ficassem abaixo do esperado; iii) ampliação dos serviços de corte e religação impactando em R\$ 1.261, pela necessidade da regularização do quadro de adimplência, impactado pela paralisação dos mencionados serviços de corte e religação de abril a setembro de 2020, devido ao decreto estadual para medidas de combate a pandemia, além do reajuste do contrato com a empresa terceirizada responsável pelos referidos serviços; iv) aumento nos serviços de vigilância dos sistemas de água e esgoto de R\$ 1.218 devido ao reajuste do contrato existente ocorrido em 2021 e uma nova contratação; v) além do aumento no serviço de combate a perdas R\$ 423 devido ao reajuste de contrato ocorrido em 2021.
- (c) No 1º trimestre de 2020 foi estornado um montante de R\$ 4.600 na depreciação e amortização reconhecida como custo, devido a bens relativos à água transferidos para a tarifa de contingência, reduzindo, assim, a despesa do primeiro trimestre de 2020, fato que não ocorreu em 2021, justificando o aumento ocorrido em 2021.
- (d) Os custos com pessoal reduziram principalmente devido a: i) ajuste de quadro de colaboradores impactando em R\$ 730; ii) devido ao período de pandemia e com o regime de teletrabalho, ocorreu uma redução das horas extras e, conseqüentemente, das solicitações de

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

vale alimentação extra e vale lanche por parte das unidades, gerando um impacto de R\$ 204. Reduziu também as férias, pois, além dos colaboradores transferidos para as outras áreas, quem normalmente solicitava o período de gozo no primeiro trimestre, adiou considerando a possibilidade do fim da pandemia. Essa redução gerou um impacto de R\$ 672; ainda devido ao período pandêmico, houve uma redução da ajuda de custo por quilometragem ocasionado pela diminuição nas viagens, com impacto de R\$ 150; iii) também se observa no primeiro trimestre o estorno da provisão da PLR, frente ao valor pago, visto que em dezembro provisiona-se o valor conforme acordo coletivo e em janeiro estorna-se com base no pagamento efetivo. Em 2021 esse estorno foi inferior ao ocorrido em 2020 no montante de R\$ 385.

41. Despesas comerciais

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Serviços (a)	(21.148)	(17.397)
Provisão para perdas de crédito estimada (b)	(9.261)	(14.227)
Pessoal	(6.547)	(6.068)
Gerais	(885)	(658)
	<u>(37.841)</u>	<u>(38.350)</u>

- (a) As despesas comerciais com serviços, quando comparado primeiro trimestre de 2021 e 2020, aumentaram, principalmente, em razão de: i) elevação nos serviços de leitura e entrega de contas no total de R\$ 1.196, justificado pelo reajuste do contrato anterior e por uma mudança ocorrida em novembro de 2020, onde passou a ser utilizada com mais frequência a medição e entrega simultânea das faturas, com preços reajustados em relação ao contrato anterior; ii) aumento nos serviços de atendimento ao cliente, no valor de R\$ 1.392, devido as medidas restritivas tomadas pela Companhia, para conter o fluxo de clientes no interior da loja, o que resultou em um crescente número de ligações para a Central de Atendimento, superando as quantidades previstas contratualmente. Adicionalmente, essa central também absorveu serviços que antes eram exclusivos do atendimento presencial.
- (b) A Variação na PCLD pode ser justificada pela recuperação das contas a receber dos inadimplentes em 2020 que havia aumentado devido aos decretos de combate a COVID-19, bem como pelo impacto do estorno dos valores provisionados relativos a dívidas de estabelecimentos comerciais de alimentação fora do lar, do período de março de 2020 a fevereiro de 2021, que foram perdoadas, conforme Decreto estadual 17.408/2021, sendo essa outra medida para reduzir os impactos da Pandemia do Covid-19.

42. Despesas administrativas

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Pessoal (a)	(32.375)	(28.377)
Serviços (b)	(22.405)	(18.404)
Causas judiciais	(8.833)	(9.633)
Gerais	(3.451)	(3.147)
Tributária	(13.701)	(12.807)
Transportes	(969)	(787)
Depreciação e amortização	(928)	(731)
Honorários da administração	(651)	(718)
	<u>(83.313)</u>	<u>(74.604)</u>

- (a) A variação na rubrica de despesas com pessoal pode ser justificada por ajuste de quadro de colaboradores, bem como pelo reajuste salarial ocorrido no mês de dezembro de 2020. Esses dois fatores somados apresentam um impacto de R\$ 2.669. Adicionalmente o PRSP em 2020 sofreu uma redução dos devido à inflação abaixo da projetada a época, havendo uma reversão de despesas, que quando comparado a 2021 foi inferior em R\$ 2.988. Houve também o reajuste do Plano de saúde, esse reajuste foi implantado em janeiro de 2021 no percentual de 6,84%. Essas elevações foram compensadas pela redução nas solicitações de férias, pelos mesmos motivos já explicados na rubrica de custos, impactando em R\$ 2.002.
- (b) A variação nos serviços decorre principalmente dos serviços técnicos profissionais referente a serviços jurídicos de verificação dos montantes pagos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a tarifa de contingência, que aumentaram R\$ 1.491 e ainda são reconhecidos por

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias Período findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

o contrato prevê que valores a serem pagos em função do tributo efetivamente recuperado. Também pode-se observar o impacto da elevação nos gastos com serviços de prestado por terceiros de R\$ 2.530, que além do acordo coletivo, aumentou devido ao incremento de colaboradores para compor, principalmente, o quadro administrativo, contábil e financeiro.

43. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.103	1.452
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 13)	1.425	1.834
Juros recebidos de clientes	4.298	3.710
Atualização monetária	2.865	249
Juros ativos	235	164
(-) PIS / COFINS sobre receita financeira	(398)	(403)
	9.528	7.006
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(6.295)	(7.198)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(1.653)	(2.125)
Atualização monetária	657	(787)
Variação cambial passiva (a)	(23.108)	(59.907)
Outras	268	(125)
	(30.131)	(70.142)
	(20.603)	(63.136)

(a) As despesas com variação cambial reduziram impactadas, principalmente, pela grande elevação do dólar em 2020, que não se repetiu na mesma em 2021.

44. Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

45. Eventos subsequentes

Aumento de capital social

Foi deliberado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 16 de abril de 2021, o aumento do Capital Social da Companhia no valor total de R\$ 177.939, referentes a:

- (a) O valor de R\$ 58.276 mediante a capitalização de Incentivos Fiscais de Redução de Imposto de Renda do ano-calendário 2019, no valor de R\$ 36.920; e a capitalização de Incentivos Fiscais de Redução de Imposto de Renda do ano-calendário 2020, no valor de R\$ 21.356, e;
- (b) O valor de R\$ 119.663 referente a recursos oriundos da reserva de retenção de lucros de 2019 no valor de R\$ 20.363 e de recursos oriundos da reserva de retenção de lucros de 2020 no valor de R\$ 99.300.

Com o aumento aprovado, o Capital Social da Companhia passou de R\$ 1.943.607 para 2.121.546 sendo efetuado sem emissão de novas ações, beneficiando indistintamente todos os acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Emissão de debêntures

Foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida no dia 08 de março de 2021, a realização da realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão ocorreu dia 15 de março de 2021 e foi liquidada dia 07 de abril de 2021.

Foram emitidas um total de 775.990 debêntures de valor nominal na data da emissão de R\$ 1.000 (um mil reais), totalizando R\$ 775.990 mil, sendo R\$ 260.000 mil para a Primeira Série, com remuneração em 100% da “Taxa DI over extragrupo” acrescida de spread (sobretaxa) de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano e vencimento em 15 de março de 2026; e R\$ 515.990 mil para a Segunda Série com remuneração prefixada de 5,4058% (cinco inteiros, quatro mil e cinquenta e oito décimos de milésimos por cento) ao ano e vencimento em 15 de março de 2029.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures da primeira série, devem ser destinados a investimentos e/ou contrapartidas de dívidas, reembolso de gastos e despesas relacionadas a investimentos e reforços da reserva de liquidez da Emissora. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, bem como do Decreto 8.874, e da Resolução CMN 3.947, os recursos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures da segunda série, devem destinados exclusivamente para financiamento dos seguintes projetos: (i) projeto de implantação do sistema de esgotamento sanitário das sub-bacias CE-7, CE-8, CE-9 e estação de tratamento de esgoto Cocó em Fortaleza-CE; (ii) projeto de redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento da Emissora; (iii) projeto básico hidráulico - sanitário para ampliação do sistema integrado de abastecimento de água tratada das cidades cearenses de Horizonte, Pacajus e Chorozinho; (iv) projeto básico hidráulico - sanitário para interligação do sistema Taquarão com os sistemas de abastecimento de água de Maranguape e Maracanaú.

Neurisangelo Cavalcante de
Freitas
Diretor Presidente

João Fernando de Abreu
Menesal
Diretor de Operações

Bruno Alencar Firmo Barreira
Diretor de Gestão Corporativa

Cláudia Elizângela Caixeta Lima
Diretora de Mercado e Unidade de

Helder dos Santos Cortez
Diretor de Unidade de Negócio

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Notas Explicativas**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE****Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Negócio da Capital

do Interior

Dario Sidrim PeriniDiretor Financeiro e de Relações
com Investidores

**Victor Diego Soares de
Almeida**

Diretor Jurídico

Pedro Henrique Leite Gomes

Contador CRC/CE 018577/O-8

André Lopes Camurça
Gerente de Contabilidade

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Conselheiros da
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE
Fortaleza-CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração intermediária e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34.

Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de maio de 2021.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo 31 de março de 2021 e relatório de revisão especial dos auditores independentes da BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 05 de maio de 2021.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelo representante da auditoria, concluíram que as Demonstrações Contábeis Intermediárias apresentadas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Fortaleza, 12 de maio de 2021.

Paulo Henrique Ellery Lustosa Costa
Presidente

César Almeida de M. Silva
Conselheiro Efetivo

José Élcio Batista
Conselheiro Efetivo

Fernanda Mara Oliveira Macêdo Carneiro Pacobahyba
Conselheiro Efetivo

João Pupo de Aguiar
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

Fortaleza, 12 de maio de 2021.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

João Fernando de Abreu Menescal
Diretor de Operações

Bruno Alencar Firmo Barreira
Diretor de Gestão Corporativa

Cláudia Elizângela Caixeta Lima
Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez
Diretor de Unidade de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Victor Diego Soares de Almeida
Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (Companhia) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao período findo em 31 de março de 2021.

Fortaleza, 12 de maio de 2021.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

João Fernando de Abreu Menescal
Diretor de Operações

Bruno Alencar Firmo Barreira
Diretor de Gestão Corporativa

Cláudia Elizângela Caixeta Lima
Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital

Helder dos Santos Cortez
Diretor de Unidade de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Victor Diego Soares de Almeida
Diretor Jurídico